

9-D-91
05 104

**MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

TEMA

**FORÇA ANFÍBIA: OPÇÃO ESTRATÉGICA DO PODER
NAVAL**

MANOEL NELSON BEZERRA JUNIOR

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

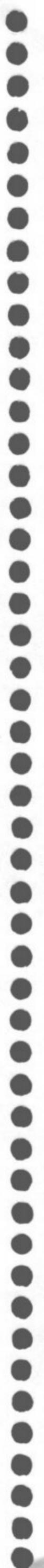
— FORÇA ANFÍBIA: OPÇÃO ESTRATÉGICA DO PODER NAVAL —

MANOEL NELSON BEZERRA JUNIOR
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN)



Aeyvo: 60787
Ex.: 100154

MB - EGN
BIBLIOTECA
93/09/2003
N.º 5835



Bezerra Junior, Manoel Nelson, 1952 -

Força Anfíbia: opção estratégica do Poder Naval/ Manoel Nelson Bezerra Junior. -
Rio de Janeiro : EGN, 2002.

v, 49f. 4 Il. Color.

Monografia: C-PEM, 2002

Bibliografia : f. F-1-F-3.

1. Estratégia. 2. Operação Anfíbia. 3. Nível operacional.- Brasil. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título

EXTRATO

Mostra como a evolução da guerra influenciou o estabelecimento dos níveis de condução da guerra.

É realizada uma análise dos níveis de condução, a partir das teorias clássicas e de modelos doutrinários vigentes. São estabelecidos os níveis: político; estratégico; operacional; e tático.

Em nível operacional, são abordados o teatro de operações, as campanhas e as operações. São delineadas as funções de um estado-maior combinado.

É fundamentada a participação da operação anfíbia em nível operacional e, finalmente, conclui com as opções de emprego da Força Anfíbia.



Tema: O nível operacional de condução da guerra e as Forças Anfíbias

Título: FORÇA ANFÍBIA: OPÇÃO ESTRATÉGICA DO PODER NAVAL

Tópicos a abordar: - Conceituação de nível de condução da guerra;
- Inter-relacionamento com os demais níveis;
- As funções operacionais; e
- A participação de forças anfíbias no nível operacional.

Proposição:

Estabelecer os níveis de condução da guerra e seus inter-relacionamentos, a partir de concepções doutrinárias e da evolução do fenômeno da guerra. Identificar nas guerras passadas aspectos correlacionados com os níveis preconizados. Delinear as funções operacionais no âmbito do teatro de operações (TO). Fundamentar a participação de uma força anfíbia em nível operacional. Concluir, apontando as principais opções de emprego desta força, componente do Poder Naval.

Nº de palavras: 11250

SUMÁRIO

| | PÁGINA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Introdução | iv |
| CAPÍTULO 1 – O FENÔMENO DA GUERRA | 1 |
| - SEÇÃO I – DA GUERRA | 1 |
| - SEÇÃO II – A EVOLUÇÃO DO FENÔMENO DA GUERRA . | 4 |
| - SEÇÃO III – A EVOLUÇÃO DOS MEIOS E A CONDUÇÃO DA GUERRA | 6 |
| - SEÇÃO IV – NOVAS DIMENSÕES E A CONDUÇÃO DA GUERRA | 8 |
| As aeronaves | 8 |
| Os submarinos | 9 |
| Os mísseis e satélites | 10 |
| CAPÍTULO 2 – NÍVEIS DE CONDUÇÃO DA GUERRA | 11 |
| - SEÇÃO I – CONCEITO | 11 |
| - SEÇÃO II – A CONDUÇÃO DA GUERRA SOB O ENFOQUE DE CLAUSEWITZ | 12 |
| - SEÇÃO III – A CONDUÇÃO DA GUERRA SOB O ENFOQUE DE JOMINI | 14 |
| - SEÇÃO IV – A CONDUÇÃO DA GUERRA SEGUNDO A DOU TRINA MILITAR DE DEFESA | 16 |
| - SEÇÃO V – A CONDUÇÃO DA GUERRA SEGUNDO A MA- RINHA DO BRASIL, O EXÉRCITO BRASILEIRO E A FORÇA AÉREA BRASILEIRA | 18 |
| - SEÇÃO VI – A CONDUÇÃO DA GUERRA EM ALGUNS PAÍ- SES | 18 |
| - SEÇÃO VII – NÍVEIS DE CONDUÇÃO E SEUS INTER-RE- LACIONAMENTOS | 20 |
| CAPÍTULO 3 – NÍVEL OPERACIONAL: O TEATRO DE OPERA- ÇÕES E AS FUNÇÕES | 25 |
| - SEÇÃO I – NÍVEL OPERACIONAL | 25 |
| - SEÇÃO II – ASPECTOS POLÍTICOS DA CONDUÇÃO OPE- RACIONAL | 26 |
| Inter-relacionamento de objetivos | 26 |
| Alianças | 26 |
| Comunidade internacional e a diplomacia | 27 |
| Limitações do direito internacional | 27 |
| - SEÇÃO III – ASPECTOS MILITARES DA CONDUÇÃO OPE- RACIONAL | 27 |
| - SEÇÃO IV – TO E A CAMPANHA | 29 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| - SEÇÃO V – OPERAÇÕES | 31 |
| Operações de Guerra Naval | 32 |
| Operações Terrestres | 32 |
| Operações Aéreas | 33 |
| - SEÇÃO VI – FUNÇÕES OPERACIONAIS | 33 |
| Definições | 33 |
| Funções Operacionais | 36 |
| CAPÍTULO 4 – FORÇA ANFÍBIA: OPÇÃO ESTRATÉGICA | 39 |
| - SEÇÃO I – AS FORÇAS ANFÍBIAS | 39 |
| - SEÇÃO II – A HISTÓRIA RECENTE E PERSPECTIVAS | 40 |
| A história recente | 40 |
| Perspectivas | 41 |
| - SEÇÃO III – NÍVEL OPERACIONAL: PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ANFÍBIAS | 42 |
| CAPÍTULO 5 – OPÇÕES DE EMPREGO DA FORÇA ANFÍBIA | 46 |
| ANEXO A – PESQUISA DE TEMA C-PEM (PERGUNTAS) | A-1 |
| ANEXO B – PESQUISA DE TEMA C-PEM (RESPOSTAS) | B-1 |
| ANEXO C – PARECER DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA | C-1 |
| ANEXO D – PRINCIPAL STAFF FUNCTIONS IN AN ALLIED JOINT FORCE HEADQUARTERS | D-1 |
| ANEXO E – TAREFAS DO ESTADO-MAIOR | E-1 |
| ANEXO F – BIBLIOGRAFIA..... | F-1 |

INTRODUÇÃO

Em período recente, vários países adotaram nas doutrinas militares o conceito de níveis de condução da guerra. Este conceito, como veremos, é um excelente corpo de idéias que nos auxilia a compreender a complexidade do fenômeno da guerra.

De certa forma, o conceito de níveis de condução é uma inovação para nossa doutrina, o qual está em análise no Ministério da Defesa com a participação das Forças Singulares. Assim, resgataremos algumas definições básicas para dar concatenação aos tópicos de nossa proposição, necessariamente ligados a este conceito.

Mostraremos no Capítulo 1, por meio do exame seletivo de fatos históricos, como os níveis de condução foram adaptando-se às necessidades da evolução da guerra.

No Capítulo 2, estabeleceremos os níveis de condução a partir das teorias de pensadores clássicos e de algumas doutrinas vigentes que incorporam este conceito.

Para o melhor desenvolvimento do trabalho abordaremos, no Capítulo 3, o Teatro de Operações e, conseqüentemente, as campanhas e operações que nele se realizam. Pois é, normalmente, neste espaço que a Força Anfibia é empregada e onde são exercidas as funções operacionais de um estado-maior combinado.

No Capítulo 4, destacaremos fatos da história recente para reavivar o valor das operações anfíbias. Após breve perspectiva do emprego do Poder Naval, tentaremos fundamentar como a associação da Força Naval com a Força de Desembarque – a Força Anfibia – confere ao Poder Naval capacidade de influenciar o quadro de um conflito em nível operacional.

Como conclusão, no Capítulo 5, faremos uma síntese do nosso estudo e apontaremos as principais opções de emprego da Força Anfibia.

Ao longo de todo o trabalho, selecionaremos aspectos das guerras passadas para serem correlacionados com este conjunto de idéias. Comentaremos, também, alguns

pontos dissonantes encontrados na confrontação das pesquisas.

Finalmente, acreditamos que a leitura deste tema poderá contribuir para a reflexão sobre assunto de interesse para a doutrina militar-naval.

CAPÍTULO 1

O FENÔMENO DA GUERRA

“Si vis pacem, para bellum.”
(Aforismo latino)

SEÇÃO I – DA GUERRA

A história das civilizações registra inúmeras guerras que produziram transformações políticas, econômicas e culturais entre os povos. Os estrategistas antigos eram refratários a considerar a guerra como uma ciência, temiam não ter solução para o que lhes pediam, preferiam entender a guerra como uma arte¹.

A guerra pode ser definida como um fenômeno social que se manifesta no choque violento entre contendores, em busca de impor ao outro a sua vontade, não-alcançada por outras formas.

No âmbito da polemologia, o fato social da guerra é passível de observação e análise, porém como experimento científico controlado não é possível sua realização. O seu estudo é “a posteriori”, cada guerra envolve situações, interesses, grupos humanos e meios diferentes. Não há um laboratório que faça a simulação completa da guerra, incluindo-se o moral, o medo e a motivação, fatores difíceis de serem avaliados. Assim podemos dizer que a guerra é extremamente complexa, sendo difícil estabelecer formulações perfeitas.

Outra vertente que tenta explicar a gênese da guerra apóia-se no fato de que, na

¹ CORBETT, Julian S. Algunos Principios de Estrategia Maritima. Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval, 1936. p. 15-16.

natureza, os animais lutam se forem atacados, ameaçados ou tenham seu território invadido. Portanto, faria parte da natureza humana o instinto de combater. Também se manifesta no comportamento humano, em menor ou maior grau, o sentimento de ganância, inveja e insegurança, que os move à agressividade e à violência. Dentro desta corrente de pensamento, a agressividade e a violência, controlável ou não, são inerentes aos seres humanos, e a guerra seria uma atividade intrínseca a estes.

A palavra guerra tem um significado intuitivo que o cidadão comum compreende. Porém, para nosso estudo precisamos alinhar algumas características distintivas. Uma característica fundamental da guerra é que os grupos em luta tenham organização política. Desta forma, excluem-se da definição clássica da guerra as facções criminosas; e, se incluem os grupos separatistas e de libertação nacional em guerra contra o governo de um Estado.

O fenômeno da guerra é um ato coletivo de um grupo humano, diferente de atos individuais de violência e banditismo, de natureza criminal. Decorre de ato deliberado, com uso de contingentes armados, organizados desde pequenos grupos até as grandes coalizões ou alianças de países.

Para Hegel, “a guerra é a apoteose do Estado, ela exerce uma função sagrada porque é por meio dela que se cumprem o destino e a história. Ela é por excelência, um instante infável e privilegiado”².

Legisladores internacionais tentaram estabelecer as condições em que se dá o início e o fim da guerra e da paz, e foram induzidos a reconhecer que entre a guerra e a paz existem outros tipos de antagonismos que denominamos de crise. Aqui, se insere o aspecto jurídico do “estado de guerra”, período regido por leis próprias, em função da

² BOUTHOU, Gaston. O fenômeno da Guerra. Lisboa: Estudos Car, 1966. p. 21-22.

violência e destruição presentes. Neste ponto, Vladimir Lenin expressa que a guerra não tem moral, os fins justificam os meios. Tudo é possível para se alcançar a vitória.

Ao longo do tempo, vários pensadores formularam teorias, buscando dar um tratamento à guerra como ciência. Dos teóricos, citamos de interesse para o nosso trabalho Jomini e Clausewitz, cujas idéias pertinentes serão vistas no Capítulo 2.

Posteriormente, destacamos o Marechal-de-Campo Helmuth von Moltke por evidenciar a existência do nível operacional (“operativ”) entre a estratégia e a tática; e John F. C. Fuller, que revolucionou a doutrina britânica com o seu “Field Service Regulations”. Os trabalhos do Almirante Alfred Tayer Mahan retratam o poder naval; suas idéias geopolíticas e fundamentos do poder marítimo são basilares para a estratégia naval. Para o nosso tema, as idéias de Julian Corbett têm um foco mais orientado para a abordagem estabelecida.

Na segunda metade do Século XX, intensificaram-se as pesquisas para desenvolver cientificamente uma teoria do combate. Vários pesquisadores e matemáticos reunidos na organização conhecida como “HERO”, chegaram ao modelo denominado “Quantifield Judgement Model” (QJM), que tenta considerar todas as variáveis do combate³. Pautado em experiência pessoal, podemos inferir que o “QJM” é a “celula mater” da qual se adaptaram alguns modelos matemáticos que simulam a interação entre forças terrestres em combate nos nossos centros de jogos⁴.

Agregando esta breve visão da face científica da guerra, consideramos inútil ver a guerra como abominável e brutal, na verdade é um fenômeno inseparável das sociedades que deve ser compreendido como arte e ciência nos campos político e

³ HERO, Historical Evolution and Research Organization é a abreviatura de uma organização de pesquisa privada ligada ao “Historical Conflict Institute” dos Estados Unidos da América (EUA).

⁴ O autor deste trabalho serviu no Grupo de Desenvolvimento de Tática; foi Chefe da Seção de Operações da Força de Fuzileiros da Esquadra, onde participou da avaliação de exercícios e jogos; acompanhou o “Job on Training – USMC”, West Virginia, EUA, em 1995; e foi Chefe de Área de Ensino da EGN.

militar. Desta forma, perdura o aforismo latino “se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

SEÇÃO II - A EVOLUÇÃO DO FENÔMENO DA GUERRA

A história da formação das cidades-estados gregas registra o embate entre as tribos lideradas por seus chefes. O guerreiro combatia a pé, sua proteção era o capacete e o escudo, o seu armamento era a espada, o arco e flecha, o machado, a lança. A organização militar básica era a falange, dispositivo em linha com a profundidade de 8 a 16 colunas, que combatia com os escudos justapostos para proteção. Criaram a balista para disparar flechas, a pirobalista para lançar mechas incendiárias, e a catapulta para arremessar pedras. Nesse período, a amplitude do campo de batalha permitia que o líder observasse e comandasse todas as ações à viva voz. Na fase de expansão grega no Peloponeso, registra-se a evolução da guerra abrangendo o mar. As tropas guarneciam as trirremes para deslocar e combater no mar ou para desembarcar e combater em terra⁵.

Era comum nessa época o chefe guerreiro abarcara a autoridade política e a condução direta da guerra no campo de batalha. A distância e as comunicações precárias contribuíam para que algumas guerras fossem conduzidas, afastando-se dos objetivos políticos. O sabor da vitória, o saque, a pilhagem davam ânimo para a continuidade da guerra, como ocorreu no período de Genghis-Khan.

Este guerreiro utilizou grandes hordas montadas em cavalos para combater com violência e crueldade os adversários. Com sua concepção operacional instintiva conquistou para o Império Mongol: a Pérsia; o Cáucaso; a Rússia; a Bulgária, chegando até Pequim no ano de 1219. Podemos sintetizar que Gengis-Khan explorava os

⁵ Trirremes eram as embarcações rústicas a remo, que serviram de meio de transporte para as tropas gregas nas guerras de conquista do Peloponeso.

princípios de guerra da mobilidade e da surpresa, utilizando o cavalo como importante meio para dar velocidade ao combate, associado ao uso de equipamentos leves para a proteção individual. Alguns historiadores comparam estas evoluções da guerra à “blitzkrieg”⁶.

No período posterior, a ampliação da guerra exigiu que os governantes requisitassem os estrategos para conduzir a guerra. Ou seja, eram praticados *dois níveis de condução da guerra*. O político exercido pelo rei ou imperador e, no campo de combate, o “condottieri”, ou o general condutor da guerra.

Após a Revolução Francesa, no século XVIII, muitos militares ligados à nobreza abandonaram o serviço das armas. Paralelamente, formou-se a primeira coligação para combater a França revolucionária, que ameaçava a sobrevivência dos reinos. A França estava em desvantagem, as medidas para a mobilização de pessoal e material bélico não estavam dando os resultados esperados. Para solucionar este grave problema, o Comitê de Salvação Revolucionário expediu o decreto do “levée en masse”. A mobilização em massa convocou obrigatoriamente os cidadãos franceses para o serviço militar em guerra: os homens convocados deveriam transportar os seus suprimentos; as mulheres fariam roupas e serviriam nos hospitais; as crianças fariam ataduras para uso no serviço de saúde; e os velhos deveriam motivar o povo à guerra em praças públicas.

Essas medidas criaram o exército nacional, “La Grande Armée”, que substituiu o sistema então vigente de exército de aluguel. Este exemplo foi seguido depois por muitos países e reinos.

Para substituir os oficiais pertencentes à aristocracia que deixaram o serviço das armas, foram promovidos ou admitidos homens comuns da população envolvidos pela

⁶ RAPOSO FILHO, Amerino. *Dimensões da Estratégia: evolução do pensamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. v. 1. p 38-40.

chama revolucionária francesa. A partir desses fatos, cristalizou-se a noção de que a guerra era feita para defender a nação ameaçada. A França não era mais do Rei, era do povo por meio do Comitê de Salvação Revolucionário. Assim, brotaram o nacionalismo e o exército nacional permanente.

A evolução mais importante desta quadra do tempo para nosso estudo foi a expansão dos efetivos dos exércitos e, conseqüentemente, o aumento do espaço para as operações, tornando mais complexo o comando e controle nos campos de batalha. A nosso juízo, evidencia-se, então, a necessidade em articular níveis diferentes de condução da guerra, já que os sons dos clarins não conseguiam transmitir ordens para os complexos movimentos das tropas. Tornando-se necessário organizar as tropas em novos escalões e estabelecer planos para a execução, coordenação e controle da manobra nos extensos campos de batalhas, denominado por Henri Jomini de Teatro de Operações (TO). Nessa época, o pensador Carl von Clausewitz escreveu que a condução da guerra era feita nos níveis: político; estratégico; e tático.

A evolução da guerra no mar decorreu da adaptação das estruturas dos navios para enfrentar o mar aberto, do aproveitamento da vela como propulsão e da incorporação do canhão como armamento. Cresce a dimensão da guerra naval por sua capacidade em ameaçar o território do oponente, em novas frentes estratégicas, a partir do mar, e pelo poder de contribuir para o estrangulamento econômico da nação inimiga.

SEÇÃO III - EVOLUÇÃO DOS MEIOS E A CONDUÇÃO DA GUERRA

A revolução industrial trouxe reflexos em todos os campos da atividade humana. Os avanços mais significativos no campo militar ocorreram depois que se aperfeiçoou a máquina a vapor e da adição do coque no alto-forno para produzir o aço.

Inicialmente, a ferrovia possibilitou movimentar milhares de homens e toneladas

de material a uma grande distância, dando rapidez à concentração operacional de forças no TO. Em 1846, a Prússia transportou por ferrovia para a fronteira um corpo de exército com cerca de 12.000 homens, seus equipamentos, cavalaria e canhões. A Guerra da Secessão, de 1861 a 1865, é também conhecida como a guerra de ferrovias. Tal foi a importância delas que os estados-maiores dos exércitos passaram a ter em sua organização uma seção especial para cuidar dos movimentos das tropas por ferrovias.

O navio a vapor transformou a guerra naval, a manobra e a velocidade passaram a ser independentes do vento. Embora dependente do carvão como combustível, o problema de reabastecimento foi minimizado pela incorporação dos navios carvoeiros – apoio logístico móvel – às esquadras. Criaram-se as bases para manutenção e reabastecimento – apoio logístico fixo – aumentando o braço estratégico do poder naval na guerra. Na Guerra dos Bôers, de 1899 a 1902, a Inglaterra supriu seu corpo expedicionário na África do Sul por meio de navios.

As técnicas industriais chegaram aos armamentos com grande influência na tática. O canhão raiado e de carregamento pela culatra foi utilizado pela primeira vez na Guerra da Criméia, de 1854 a 1856, o alcance passou, em média, de um quilômetro para quatro quilômetros, aumentando a distância de engajamento.

A cápsula de percussão, o projétil cilindro-ogival, com o fuzil alimentado pela culatra, aumentou a cadência de tiro e precisão, alterando a tática da infantaria.

O telégrafo e o rádio tiveram uma grande influência nas comunicações militares, permitindo melhor coordenação entre as forças componentes do TO. A velocidade das informações e o controle da manobra ganharam grande impulso. Os grupos de navios podiam navegar a maiores distâncias. Os grandes comandos podiam comunicar-se com eficiência e rapidez em longas distâncias, permitindo a condução mais ampla da guerra.

A indústria desenvolveu as viaturas blindadas de transporte e os carros de

combate, acrescentando mobilidade extraordinária às forças terrestres, culminando com os famosos "Panzerkorps". Posteriormente veio o helicóptero, possibilitando flexibilidade tática e logística ao combate, criando novas alternativas de emprego da tropa pelo envolvimento vertical.

"Portanto, são definitivas as repercussões da era das revoluções na forma, na dinâmica e nas relações de tempo, meios e espaço envolvidos na concepção e na condução da guerra, em termos de Estratégia..."⁷ (sic).

SEÇÃO IV – NOVAS DIMENSÕES E A CONDUÇÃO DA GUERRA

No período mais recente do Século XX, surgiram novos engenhos tecnológicos que abriram novas dimensões na guerra: as aeronaves; os submarinos; os mísseis; e os satélites.

As Aeronaves

Na 1ª Guerra Mundial, a aviação teve uma participação secundária, somente em 1920 foram produzidas as primeiras aeronaves usadas efetivamente no combate. Depois foram produzidos bombardeiros e caças com crescentes capacidades, até chegarmos à 2ª Guerra Mundial (2ª GM) onde a aviação teve um importante papel.

A teoria do poder aéreo do General Giulio Douhet, publicada em 1921, estabelecia que a arma aérea decidiria sozinha as guerras no futuro. O bombardeio estratégico dos centros industriais e residenciais seria a principal tarefa da força aérea. As idéias do General Willian Mitchell previa que o poder aéreo dominaria a guerra sobre a terra e o mar, e os navios de guerra em breve seriam desnecessários. A história

⁷ RAPOSO FILHO, Amerino. Dimensões da Estratégia: evolução do pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. v. 1. p.208.

demonstrou tratar-se de uma visão míope e equivocada.

A influência da posição geográfica da Inglaterra, como um aeródromo frente à Europa, fortaleceu a idéia dentro da "Royal Air Force" do bombardeio estratégico. A idéia do bombardeio aéreo estratégico era fazer um combate longe das trincheiras sangrentas vividas na 1ª Guerra Mundial (1ª GM). Diferentemente, a Luftwaffe previa o uso do conceito combinado ou operacional em apoio às forças de terra e mar. Enfatizava o uso da superioridade aérea por meio de um ataque em massa de surpresa contra as aeronaves inimigas ainda no solo.

A teoria do poder aéreo tem suas limitações decorrentes da eficiência dos sensores modernos para detectar a aproximação de aeronaves, da oposição de aeronaves de interceptação armadas com mísseis e dos sistemas de defesas antiaéreos. Algumas afirmações dos teóricos do poder aéreo mostraram-se, logo depois, exageradas avaliações do papel das aeronaves no conjunto da guerra. Elas potencializaram o poder terrestre e naval, porém jamais os substituiu.

Não resta dúvida de que a guerra ganhou outra dimensão com o poder aéreo. Hoje, para efeito dos níveis de condução da guerra, as aeronaves poderão atuar desde o lançamento de armas de destruição em massa, até realizar o apoio aerotático a uma unidade de combate terrestre ou naval.

Os submarinos

Os primeiros submarinos "Holland" começaram a operar a partir de 1900 nos EUA. Em 1901, os alemães produziram o seu primeiro submarino U-1, movido por motor a óleo e motor elétrico. O uso foi valorizado na 2ª GM, quando a estratégia alemã resolveu estrangular o tráfego marítimo dos aliados. O emprego de uma força de submarinos é uma decisão a ser tomada nos mais altos níveis de condução, pois a

operação dos submarinos afeta o direito de livre navegação de outros países.

Os mísseis e os satélites

Os mísseis de longo alcance constituem-se em outra opção disponível para emprego em níveis mais elevados de condução. Podem ser lançados de longa distância, transportando uma carga explosiva com poder, às vezes, decisivo. Além disso, os mísseis táticos acrescentaram novos parâmetros de eficácia à guerra, pelo seu índice de acerto nos alvos.

Os satélites posicionados no espaço facilitam as comunicações, a determinação de coordenadas e a execução da navegação. Conseqüentemente favorecem ao exercício do comando e controle de forças em mais de um TO. Em contrapartida, eles possuem sensores que detectam com facilidade a movimentação das forças, assim como direcionam com precisão armas para os alvos selecionados. Os satélites têm proporcionado aos países que dispõem dessa tecnologia, o inter-relacionamento eficaz entre os escalões de comando posicionados nos vários níveis de condução da guerra.

CAPÍTULO 2

NÍVEIS DE CONDUÇÃO DA GUERRA

“As minhas concepções de condução da guerra são baseadas no estudo das campanhas dos grandes generais .”

(Napoleão Bonaparte)

SEÇÃO I – CONCEITO

O conceito de níveis de condução da guerra foi introduzido na doutrina norte-americana por meio de um manual do exército e gradualmente adaptado em outros países, embora muitos desses países não participem com o seu poder militar em escala global como o fazem os Estados Unidos da América (EUA)⁸.

Em essência, o conceito de níveis de condução da guerra compreende uma partição dos aspectos da guerra que facilita a análise, o preparo e emprego do poder militar, em função da amplitude do espaço para as campanhas, dos grandes efetivos das forças militares, da variedade e complexidade dos engenhos com aplicação militar. Em cada nível existem conceitos, procedimentos e técnicas próprios. Entretanto não são divisões estanques. Em verdade se complementam e se superpõem em parte, não há limites rigorosos. É desejável o perfeito inter-relacionamento dos níveis para que os propósitos maiores sejam alcançados.

O Estado-Maior da Armada adotou a seguinte definição de níveis de condução da

⁸ Nota do autor: O manual foi: EUA. Army's Field – FM-100-5. Washington: USARMY. 1982. Posteriormente foi revisado.

guerra: “São níveis doutrinários que clarificam as ligações existentes entre os objetivos político-estratégicos e as ações táticas”. O documento que aprovou o uso desta definição está no Anexo C.

Nosso estudo prosseguirá examinando os conceitos pertinentes de Clausewitz e Jomini. Posteriormente, examinaremos como é abordado no Brasil, onde o assunto níveis de condução está sendo discutido. Finalizando, abordaremos a doutrina de alguns países selecionados, que adotaram o conceito de níveis de condução da guerra.

SEÇÃO II – A CONDUÇÃO DA GUERRA SOB O ENFOQUE DE CLAUSEWITZ

Carl von Clausewitz nasceu na Prússia em 1780. Após a campanha de Jena em 1806, desastrosa para as forças prussianas, permaneceu preso na França por cerca de um ano. Neste período de clausura, o então capitão Clausewitz, pode perceber o efeito da mobilização em massa fermentada pelos ideais revolucionários que permeavam na “Grande Armée” na França. Acredita-se que nesta ambiência é que formulou o conceito da trindade que julgava fundamental para o sucesso de uma guerra: povo; governo; e forças armadas.

Retornou à Prússia e se juntou aos generais Gerhardt Scharnhorst e Neehardt von Gneisenau para fazer profundas mudanças no exército prussiano. Em 1811, quando a França uniu-se à Prússia contra a Rússia, Clausewitz foi servir no exército russo. Após a derrota de Napoleão na Rússia, exerceu importante papel para que a Prússia abandonasse a aliança com a França. Participou das campanhas contra Napoleão, em 1814 e 1815, como Chefe de Estado-Maior de um Corpo de Exército prussiano. Posteriormente, foi Diretor da Escola de Guerra onde revisou parte de seus famosos escritos os quais, após sua morte, em 1831, foram publicados com o nome de “Da

Guerra”.

Clausewitz elaborou um corpo de conceitos cuja contribuição ao estudo do fenômeno da guerra transcendeu ao seu tempo. Tendo vivenciado um período histórico de transformações e lutas na Europa e, certamente, influenciado pela forma de conduzir a guerra de Napoleão, produziu conceitos que até hoje são estudados, em especial, nos círculos políticos e militares. Comentaremos alguns conceitos que julgamos de interesse para este trabalho.

Clausewitz estabeleceu os níveis de condução da guerra: político; estratégico; e tático⁹. Como veremos, os níveis hoje adotados foram ampliados pelos aspectos multidimensionais que tornaram mais complexa a guerra, ou seja, a divisão de níveis do pensador prussiano pode ser aplicada, porém surgiram outros conceitos, por exemplo, a “Airland Battle Doctrine”, que se enquadra nos novos níveis constantes da doutrina norte-americana.

“A guerra não é outra coisa senão a continuação da política por outros meios”, esta afirmação de Clausewitz, muito citada na atualidade, em essência subordina a guerra à política¹⁰. Em nosso entendimento, esta afirmativa filosófica da guerra está presente no estabelecimento do nível político de condução em todas as doutrinas que examinamos.

Por sua vez define estratégia como a arte em conduzir as batalhas à vitória; e a tática como os engajamentos no campo de combate frente ao inimigo.

Um conceito bastante explorado é do centro de gravidade, que representa o ponto de concentração do poder do inimigo. Este conceito pode ser aplicado em nível político, tendo como centro de gravidade a capital ou o poder político; ou no teatro de operações,

⁹ ARON, Raymond. Pensar la guerra: Clausewitz. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1987, trad. v. 1. p. 59, 61 e 75.

¹⁰ Ibid, p. 69 e 75.

em que poderá ser o núcleo das forças do inimigo.

SEÇÃO III – A CONDUÇÃO DA GUERRA SOB O ENFOQUE DE JOMINI

Faremos uma interpretação de como a condução da guerra pode ser vista sob o enfoque das idéias de Antoine Henri Jomini, suíço que serviu no estado-maior do 6º Corpo de Exército francês comandado pelo General Ney, durante as guerras napoleônicas.

Jomini foi um privilegiado observador das guerras conduzidas por Napoleão. No seu livro “*Traité des Grandes Operations Militaires*”, de 1804, descreveu ensinamentos de manobra e princípios da guerra que causaram admiração a Napoleão. Posteriormente, deixou a França e serviu no estado-maior do Czar russo, também ministrou aulas na Academia Militar. Revisou e republicou o seu livro “*Tableu Analytique*” com o título “*Précis de l’Art de la Guerre*”, onde expõe sobre a arte da guerra. Para ser fiel ao objeto de nossa pesquisa, reproduzimos um pequeno trecho da cópia do original, publicado em 1838, para em seguida ser analisado:

“L’art de la guerre, tel qu’on le conçoit généralement, se divise en cinq branches purement militaires: la stratégie, la grand tactique, la logistique, l’art de l’ingenieur et la tactique de détail; mais il est une partie essentielle de cette science qu’on en a, mal à propos, exclue jusqu’à présent, c’est la politique de la guerre. Bien que celle-ci tienne à la science de l’homme d’Etat plus particulièrement qu’à celle du guerrier, depuis qu’on a imaginé de séparer la toge de l’épée...”¹¹(sic).

Na citação, Jomini divide a condução puramente militar em cinco ramos que comentaremos abaixo, e diz que cabe ao Poder do Estado fazer a política da guerra, ou seja, a condução política da guerra.

¹¹ JOMINI, Antoine Henri. *Precis de l’art de la guerre*. Bruxelles: Meline, Cans et Campagnie, 1838. p.25.

Em seu livro descreve as espécies de guerras, as quais interpretamos como objetivos políticos para travar uma guerra: reivindicar direitos ou defendê-los; proteger ou manter grandes interesses; manter o equilíbrio do poder; propagar teorias políticas ou religiosas, destruí-las ou defendê-las; aumentar a influência e o poder do estado por aquisições de território; e satisfazer a mania de conquista.

Em relação à Estratégia, define “como a arte de fazer a guerra pela carta, compreendendo todo o TO”. Conclui que o princípio fundamental da estratégia “é a concentração de forças no ponto decisivo, visando à batalha principal”. Esta afirmação de Jomini, coincide com as idéias de Clausewitz sobre a aplicação da força no centro de gravidade do inimigo.

A Grande Tática é definida como “a arte de conduzir, por combinações táticas, as forças ao ponto decisivo”. Jomini introduziu o termo Teatro da Guerra (TG) e TO e discriminou alguns elementos como: frentes estratégicas; base de operações; posicionamento de depósitos; reserva estratégica; manobra de diversão; pontos estratégicos; et alii. Na execução das operações, observou a importância das linhas de comunicações e orienta que devemos escolher um ponto estratégico, ou seja, um objetivo que permita cortar as linhas de comunicação e isolar as forças inimigas de suas bases, facilitando a vitória. Com esta mesma visão, porém ressaltando a importância das linhas de comunicações marítimas, Julian Corbett abordou exaustivamente em relação à estratégia naval.

A Logística é definida como a “arte de movimentar os exércitos. Nesta, inclui-se planejar o posicionamento dos depósitos. À sua época, outros autores não deram atenção a esta face importante da guerra. Para ele, a logística é que permite a estratégia e a tática vencerem.

Em relação à Engenharia registra a necessidade de especialistas para preparar as

estradas e pontes por onde as forças iriam passar.

Sobre a Tática, “a arte de vencer as batalhas”, afirma que só a tática unida à coragem, ao gênio e à fortuna vencem as batalhas.

Dentro da arte da guerra abordou a operação de desembarque e sua vantagem em abrir nova frente estratégica, também alertou para os problemas da reorganização da tropa em terra.

Jomini é muitas vezes criticado por propor fórmulas universais para alcançar a vitória. Realmente, seus arranjos geométricos estão longe em ser a resolução dos combates. Não construiu um modelo completo, porém muito de suas observações estão embutidas nos conceitos básicos de um TO, ambiente operacional no qual tentaremos demonstrar o valor estratégico de uma Força Anfíbia.

Podemos tirar uma conclusão parcial, à luz desses conceitos, que a condução da guerra é feita inicialmente em duas grandes vertentes: no campo político; e no militar. Em nossa interpretação das idéias de Jomini, identificamos três níveis de condução da guerra no campo puramente militar: estratégico; grande tática; e tática. Intencionalmente, separamos dois importantes braços da condução da guerra que são a logística e a engenharia, as quais entendemos, discordando da idéia de Jomini, como direções especializadas em apoio à condução do combate, considerando este último como atividade principal da guerra.

SEÇÃO IV – A CONDUÇÃO DA GUERRA SEGUNDO A DOCTRINA MILITAR DE DEFESA (DMD)¹²

A DMD brasileira, aprovada em 31/JUL/2001, estabeleceu vários conceitos que devem, aqui, ser reproduzidos para que possamos compará-los e os comentar de acordo

¹² BRASIL. Ministério da Defesa. MD 33-M-04. Doutrina Militar de Defesa (Res). Brasília, 2001.

com o propósito de nosso trabalho.

Conceitua a guerra como “fenômeno social que resulta da aplicação violenta do poder, com predominância do poder de combate da Expressão Militar, para forçar o inimigo a executar a vontade nacional”¹³.

Estabelece que a condução da guerra é realizada em âmbitos distintos: condução política e condução operacional. A condução política é atribuição do Presidente da República, o qual poderá valer-se do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para identificar os objetivos políticos da guerra. A condução operacional também é realizada pelo Presidente da República, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa (CMD).

Em uma primeira abordagem, pensamos ser uma intromissão do âmbito político no âmbito militar, seara dos profissionais das armas. Após analisarmos detalhadamente vários documentos normativos, entre eles a DMD, formulamos uma pesquisa ao setor de doutrina do Ministério da Defesa, cujas perguntas e respostas estão reunidas nos anexos A e B deste trabalho.

Resumindo a resposta da pesquisa, o fato de o Presidente da República ser o Comandante Supremo das Forças Armadas, habilita-o, legalmente, a ser o mais alto condutor operacional, de acordo com a Estrutura Militar de Guerra vigente. A atuação do Presidente da República no âmbito operacional ainda não é bem definida, porém é desejável que deva cingir-se ao nível estratégico, assessorado pelo CMD, estabelecendo normas de comportamento político e de engajamento, considerando também as limitações do direito nacional e internacional, este último no caso do país ser signatário de convenções, acordos ou tratados envolvidos pelo conflito.

No campo estritamente militar, descrito na DMD como âmbito operacional, os níveis de condução da guerra estão no presente momento em estudo no Ministério da

¹³ Op. Cit. p. 17.

Defesa (MD).

O estudo de que tomamos conhecimento “in loco”, em sua fundamentação, admite além do campo político, três níveis de condução no campo militar: estratégico; operacional; e tático.

SEÇÃO V – A CONDUÇÃO DA GUERRA SEGUNDO A MARINHA DO BRASIL (MB) , O EXÉRCITO BRASILEIRO (EB) E A FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB)

O Estado-Maior da Armada (EMA), analisando uma proposta da Escola de Guerra Naval¹⁴, alterou parcialmente e aprovou o Parecer que adota os seguintes níveis de condução da guerra: político; estratégico-militar; operacional; e tático. Como se trata de definição doutrinária da MB, o parecer é encontrado como Anexo C a este trabalho¹⁵.

O EB , no Manual C-124-1 – Estratégia, estabelece os níveis de condução da guerra: político; estratégico; estratégico-operacional; e tático.

A FAB, na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DM1-1), admite os níveis de condução: político; estratégico; operacional; e tático.

SEÇÃO VI – A CONDUÇÃO DA GUERRA EM ALGUNS PAÍSES

Na Argentina, verifica-se que em suas Escolas Militares e em alguns cursos universitários o tema estratégia é estudado com intensidade. Após a Guerra das Malvinas, uma intensa transformação ocorreu nas Forças Armadas. Adotam os seguintes níveis de condução da guerra: político; estratégico; estratégico operacional; e

¹⁴ BRASIL. Escola de Guerra Naval. Ofício nº 286 de 26 de abril de 2001, ao Estado-Maior da Armada. Conceitos Doutrinários.

¹⁵ BRASIL. Estado-Maior da Armada. Parecer nº 002 M-32/2001 de 12 de julho de 2001, à Escola de Guerra Naval. Conceitos Doutrinários.

o tático¹⁶.

Faremos uma apreciação do modelo doutrinário dos Estados Unidos da América (EUA), país que primeiro estabeleceu os níveis de condução da guerra como são, conceitualmente, aplicados no mundo da arte militar hoje.

Nos idos de 1960, o Senador Henry Jackson advertiu que os EUA não tinham uma política exterior e não havia coerência na ação governamental¹⁷. As críticas levaram os pensadores norte-americanos a perguntar para onde vai o país?

Neste nível de abordagem é que os norte-americanos criaram a “National Strategy” em nível que eles chamam de “Grand Strategy,” onde se prevê o emprego de instrumentos, não só os militares, como os econômicos e diplomáticos, para alcançar os objetivos políticos. Como é óbvio, trata-se do nível de condução político.

No campo exclusivamente militar estabelecem os níveis de condução: estratégico; operacional; e o tático.

O nível de condução estratégico, nos EUA, é definido como o patamar da guerra no qual a nação determina os objetivos a serem alcançados, podendo envolver uma coalizão ou aliança de países, e os meios a serem empregados. O planejamento nesse nível estabelece os objetivos puramente militares, a seqüência de ações e define os limites e riscos que envolvem o instrumento militar. Desenvolve o plano global da guerra para alcançar os objetivos políticos definidos no nível da “Grand Strategy”.

Em nível de condução operacional são planejadas, conduzidas e sustentadas as campanhas ou operações de vulto para alcançar os objetivos estratégicos dentro dos TO ou da área de operações. O planejamento inter-relaciona a estratégia com as ações

¹⁶ Estes conceitos estão detalhados no livro *Estratégia Operacional* do Almirante Roberto Pertucio, da cátedra de Estratégia da Escola de Guerra Naval da Armada Argentina, membro do Conselho de Estratégia da Armada Argentina, e professor da Universidade Belgrano.

¹⁷ BARNETT, Roger. *Strategy, Operational Art, Tactics, Concepts and Doctrine*. In: Current Strategy Forum, 11-13 June, 1996. United States Naval War College's. Rhode Island.

táticas, através dos objetivos operacionais, seqüências de ações e meios para alcançar os objetivos. Esta dimensão requer uma visão ampla do tempo, do espaço e da logística para atribuir tarefas e apoiar as unidades táticas.

O nível tático é onde são planejadas e executadas as batalhas para conquistar os objetivos fixados para as unidades táticas, por meio do fogo e da manobra, frente ao inimigo.

Para uma comparação mais ampla, que cabe neste tipo de trabalho, selecionamos também os níveis de condução da guerra da **Espanha**, que utiliza a doutrina praticada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Os níveis de condução são: político; estratégico; operacional; e o tático¹⁸.

Do estudo da doutrina espanhola observamos uma maior responsabilidade do Chefe de Estado-Maior da Defesa em caso de emprego das Forças Armadas, assumindo o Comando Geral, seja de Comandos Combinados ou de Grupamento de Forças de uma única Força Singular. Um decreto governamental autoriza ao Chefe de Estado-Maior de Defesa a criar outros comandos para enfrentar a situação conforme melhor indique.

SEÇÃO VII – NÍVEIS DE CONDUÇÃO E SEUS INTER-RELACIONAMENTOS

Após estudarmos, exaustivamente, os níveis de condução, podemos perceber que os conceitos são muito próximos e para efeito deste trabalho, julgamos **estabelecer** os seguintes níveis de condução: político; estratégico; operacional; e tático. Entendemos os títulos dos níveis como uma padronização de linguagem. A nossa proposta de níveis converge com as utilizadas no MD, na OTAN e na FAB. Diverge somente no título de um dos níveis adotados na MB, no EB e nos EUA (Cf).

¹⁸ ESPANHA. Escuela de las Fuerzas Armadas. Doctrina de Operaciones Españolas. DOI-001. Madrid, 1999.

Neste ponto, é importante para consolidar o assunto compreender que a guerra tem uma condução no campo político e uma condução estritamente no campo militar, este último também chamado de âmbito operacional na DMD. Porém esta dupla nomenclatura “operacional” confunde com o título do nível de condução operacional. Seria recomendável só utilizar o termo “operacional” para designar o nível de condução.

A condução política emana do poder político, de acordo com o sistema de governo e as normas políticas internas do país. Neste nível são estabelecidos: os objetivos políticos da guerra; as alianças com outros países; as ações nos campos político, econômico, social e científico-tecnológico; as limitações de uso do espaço, meios e do direito internacional; e os acordos que serão respeitados.

A condução, no campo militar, é a seara do ofício das armas a serviço do Estado. Entende-se à existência do Estado com forças armadas organizadas, com uma doutrina de emprego para a manutenção ou conquista dos objetivos atribuídos pelo nível de condução político.

No nível de condução estratégico, deve ocorrer o ajuste dos fins aos meios. Se o objetivo fixado em nível político for ambicioso, e não for compatível com os meios militares disponíveis, cabe ao escalão militar, em nível estratégico correspondente, apresentar as restrições, alternativas militares e os riscos decorrentes. Normalmente nestes níveis, os fins políticos (o que fazer) e os meios das forças militares são motivos de ajustes, desde a adequação dos objetivos até mesmo postergar suas conquistas no tempo. Por exemplo, antes do início da 2ª GM, a Marinha alemã disse que só estaria preparada para disputar o controle do Mar do Norte em 10 anos; o conflito eclodiu antes e a Marinha germânica não conseguiu se sobrepor à Marinha inglesa no controle do mar. Os meios não estavam disponíveis para atingir o objetivo.

No nível de condução operacional é que se exploram os princípios da guerra em sua plenitude. Podemos ser defensivos, economizando forças para utilizá-las em outras frentes, ou podemos ser ofensivos, empregando o esforço principal em direção ao objetivo selecionado. Sob certas condições, temos como opção negar o combate em determinado momento, para tentar o engajamento em local e momento mais favoráveis.

Enquanto a *tática* se fundamenta em um grande conteúdo *técnico* e uma dose menor de arte; a arte *operacional* repousa no preparo, concentração e movimento das grandes forças e no emprego das várias operações tipo (traduzidas pelas capacidades das forças de terra, mar e ar) em uma campanha para alcançar o(s) objetivo(s) estratégico(s).

No nível tático, é onde se emprega a Unidade e as Subunidades segundo suas características e possibilidades técnicas, para conquistar um objetivo operacional ou para cumprir uma missão. O nível operacional, quando necessário, exerce o papel de transformar a linguagem política em objetivos tangíveis para o nível tático. Este inter-relacionamento com a tática é feito em linguagem militar. É o como fazer, utilizando os procedimentos padronizados e as técnicas, associadas à moral, ao adestramento e à liderança dos chefes neste nível.

A partir do nível político, derivam as diretrizes que subordinam as ações nos demais níveis. Naturalmente existe uma hierarquia dos níveis de cima para baixo, assim como os resultados dos níveis mais baixos se refletem nos níveis de condução acima. É mais comum que uma estratégia acertada supere as falhas do nível operacional, do que o sucesso tático possa alterar os erros das decisões estratégicas. A figura nº 1 adiante, representa, graficamente, a nossa visão dos níveis de condução da guerra. Na verdade, é desejável que os chefes em cada nível estejam muito bem entrosados, para que produzam as melhores decisões. Porém, nem sempre estas relações foram bem

entendidas, como podemos ver nos fatos históricos que identificamos a seguir.

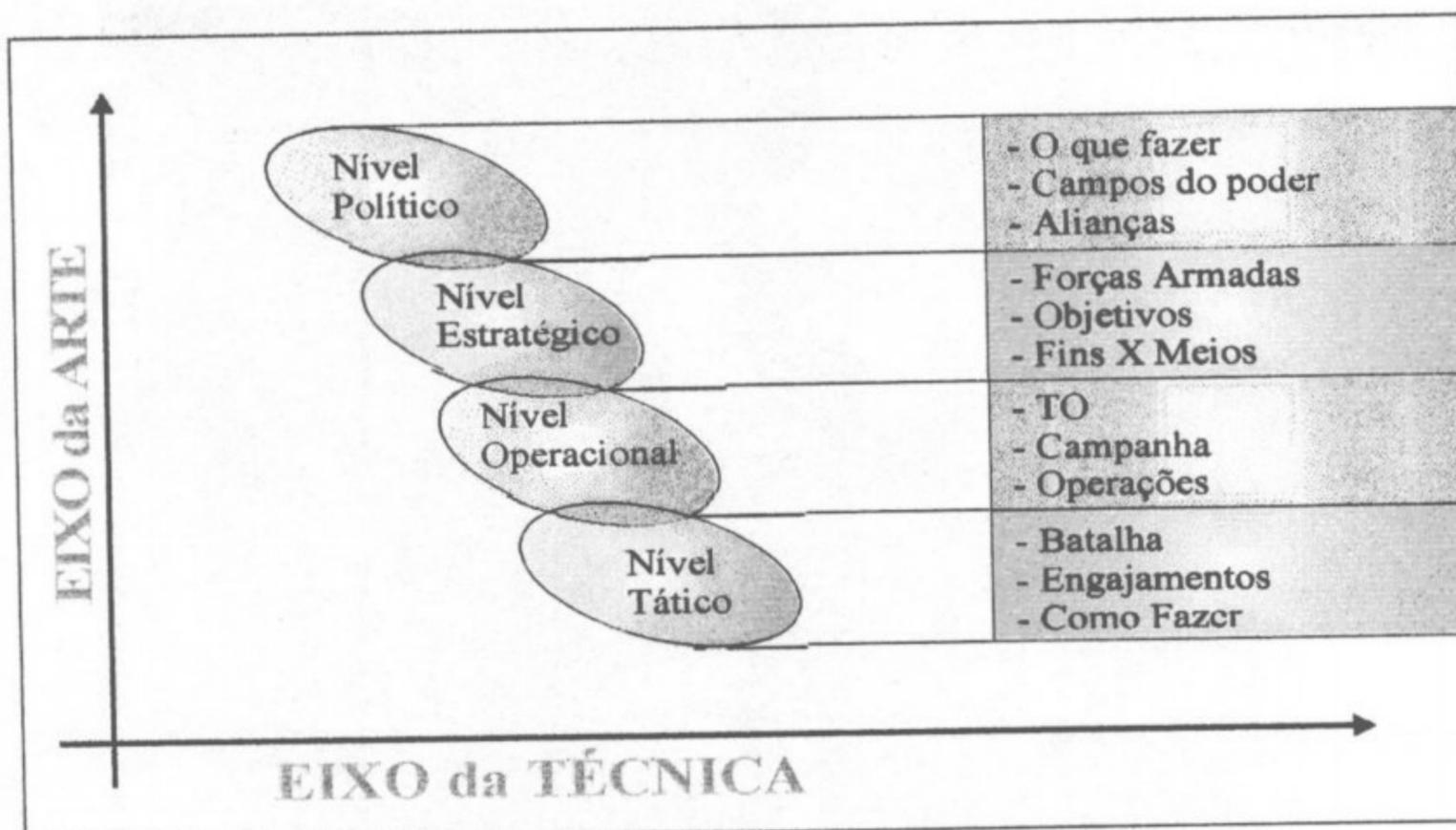


FIGURA nº 1 - Representação gráfica dos níveis da condução

Na Guerra da Coréia, 1950, tivemos o exemplo em que o general MacArthur pretendeu avançar com as tropas para além do Rio Yalu, o que envolveria diretamente a China na guerra, fato não desejado pelo poder político. O general norte-americano chegou a propor o uso de armas nucleares e, posteriormente, desafiou o governo em seu regresso triunfal a Nova Iorque. Este é um caso em que o âmbito militar operacional avançou na esfera política.

Na Guerra do Vietnam, diferente da anterior, ocorreu a interferência da política nos aspectos puramente militares. Nas reuniões do Departamento de Estado, no território norte-americano, os assessores decidiam a região a ser bombardeada e o número de aeronaves e bombas a serem empregadas no campo de batalha.

No relacionamento entre os âmbitos de condução político e militar, entendemos que três fatores principais podem pressionar esta interface dos níveis:

- a) o primeiro é a opinião pública, que, por meio da mídia, pode exercer pressões variáveis para alterar o curso da guerra;

- b) o segundo fator são as normas do direito internacional de caráter humanitário, que limitam as ações na guerra; e
- c) o terceiro fator é o avanço tecnológico dos meios de comunicações, que permite o comando e o controle em tempo real, possibilitando que algumas ações sejam comandadas à distância. Na Guerra das Malvinas é do conhecimento público que o afundamento do cruzador argentino General Belgrano, no Atlântico Sul, foi ordenado (autorizado) a partir de Londres.

A respeito do relacionamento entre políticos e militares na condução da guerra, nos diz Raymond Aron: “os políticos deveriam entender um pouco da guerra, e os militares deveriam conhecer um pouco de política”. Assim, podemos concluir que os âmbitos de condução devem ter percepção de seus limites, e que a compreensão da complexidade da guerra deve mostrar o ponto certo, caso a caso, da interferência de um nível sobre o outro, às vezes inevitável. Finalizando, citamos a Crise dos Mísseis de Cuba, quando o mundo esteve à beira de uma guerra nuclear, durante uma reunião para discutir a interceptação do navio soviético Grozny que se dirigia para Cuba, “... um assessor informou ao Presidente Kennedy que a Junta de Chefes de Estados-Maiores recomendava que o plano de bombardeio a Cuba, Big Strike OP Plan 3-12, deveria ser executado no máximo até 29/OUT, domingo pela manhã, se não houvesse provas de desmontagem dos mísseis ofensivos”¹⁹.

Assim, temos a noção do inter-relacionamento adequado entre os níveis de condução político e o militar, resultando no relaxamento da crise, bem conhecida dos leitores que se interessam pelo assunto.

¹⁹ FREEDMAN, Lawrence. Et alli. War. New York: Oxford University Press, 1994. p. 50. Reproduz a gravação do Comitê Executivo no dia 27/OUT/1962 (liberada pelo governo dos EUA).

CAPÍTULO 3

NÍVEL OPERACIONAL: O TEATRO DE OPERAÇÕES E AS FUNÇÕES

“A Força Naval do Almirante Tamandaré empenhou-se em operações de guerra, em combinação com Forças Terrestres coloradas e brasileiras, contra Salto e Paissandu”²⁰.

SEÇÃO I – NÍVEL OPERACIONAL

Hodiernamente, a guerra poderá envolver todos os campos do poder nacional: político; econômico; psicossocial; científico-tecnológico; e militar.

Quando estamos no estágio da “ultima ratio” – as armas – o Poder Militar deve ser empregado com o máximo de suas potencialidades para chegar à vitória, ou seja, no espaço de um TO um comando combinado deve aplicar os componentes das três Forças Singulares para executar as operações necessárias à campanha.

Para **delinear as funções operacionais**, requisitadas pelo tema do nosso trabalho, abordaremos os aspectos da condução operacional, seguindo-se falaremos do TO, das campanhas e das operações, para apontar as funções a serem exercidas em um estado-maior de um comando combinado, conforme nosso entendimento. As funções exercidas em nível operacional requerem grande preparo do estado-maior pela repercussão das ações neste nível.

²⁰ SANTOS, Francisco Ruas. Arte da Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. p. 253.

Nota do autor: Ultima ratio, expressão latina que significa última razão.

SEÇÃO II – ASPECTOS POLÍTICOS DA CONDUÇÃO OPERACIONAL

Neste subitem, serão apresentados alguns aspectos que julgamos básicos para o nível de condução operacional no TO. Sempre que possível abordaremos especificamente um TOM, onde se insere o fulcro do nosso tema: Forças Anfíbias.

Inter-relacionamento dos objetivos

Para estabelecer os objetivos operacionais em um TO, devemos ter como orientação os objetivos estratégicos fixados pelas autoridades em nível estratégico da condução da guerra. É comum que em nível político e no estratégico as missões sejam atribuídas por efeito desejado, ou seja, contém tarefas e propósitos descritos em linguagem política como: restabelecer a paz; pacificar a região; reconquistar a soberania sobre o território etc. Caberá, então, ao Comandante do Teatro de Operações Marítimo (ComTOM), assessorado por seu estado-maior, fazer a interpretação dos objetivos estratégicos e (os traduzir) para objetivos e tarefas táticas, a serem atribuídas às forças postas à disposição. De outra forma podemos chamar de uma conexão da linguagem política com a militar.

Alianças

Em nível operacional é que se reúnem as forças de países que estejam participando de uma aliança ou coalizão militar. Serão necessários oficiais de ligação ou no estado-maior para o planejamento e execução das operações. Acrescente-se a isto o conhecimento da doutrina, da língua e das peculiaridades culturais de cada país.

Realizar operações com países distintos requer sistemas de comunicações e códigos comuns e apoio logístico compatível com os meios envolvidos. Enfim, é

desejável a interoperabilidade e conhecimento mútuo obtido nos tempos de paz, durante os exercícios táticos ou ao longo dos planejamentos no nível operacional.

Comunidade internacional e a diplomacia

A diplomacia trabalha junto ao nível de condução política da guerra, porém, pode interligar-se ao nível de condução operacional. Um TOM poderá abranger águas de outros países, exigindo ações de diplomacia para contornar interferências. Na eventualidade de operações de evacuação de não-combatentes brasileiros em outros países do Atlântico Sul, o papel da diplomacia será fundamental.

Outra importante tarefa da diplomacia será o permanente contato com a comunidade internacional para que seja mantido ou obtido o aval político às operações, as quais poderão ser de caráter humanitário, autorizadas por organismos internacionais.

Limitações do direito internacional

No nível operacional, o TOM poderá ter o espaço das operações próximo ao território de outros países ou conter águas internacionais. Portanto, devem ser fixadas, no nível político normas de comportamento político claras para fácil entendimento no nível tático. Isto visa não ultrapassar convenções e tratados internacionais, o que poderá até envolver desfavoravelmente países neutros ou amigos.

SEÇÃO III – ASPECTOS MILITARES DA CONDUÇÃO OPERACIONAL

No amplo espaço do TO, empregam-se as forças disponíveis, por meio das operações, para alcançar os objetivos operacionais. Não se trava uma batalha e sim várias batalhas ordenadas em uma campanha militar. A partir do estudo dos elementos básicos, presentes no nível operacional, aplicados às campanhas, é que podemos

delinear as funções operacionais, tópico de nossa proposição.

Em nosso estudo, extraímos que os *elementos básicos* presentes na estratégia operacional aplicados em um TO são os seguintes:

- a) seleção de objetivos estratégicos operacionais do TO;
- b) determinação dos esforços estratégicos operacionais secundários e principal;
- c) seqüência e coordenação dos esforços estratégicos operacionais;
- d) mobilidade das forças versus espaço, versus tempo;
- e) logística das forças;
- f) vulnerabilidades;
- g) os centros de gravidade;
- h) alianças com outros países, cultura e costumes;
- i) bases fixas e bases avançadas;
- j) uso de satélites para comunicações e informações;
- k) relações de comando interforças e interaliados;
- l) interoperacionalidade interforças e interaliados;
- m) uso de armas QBN, mísseis e foguetes;
- n) mídia e opinião pública interna e externa;
- o) tecnologias em confronto; e
- p) linhas de comunicação e reabastecimento.

O tema do trabalho é focado no nível estratégico operacional, o qual normalmente está relacionado a um TO. Entretanto, devemos ressaltar que a abordagem operacional e mesmo a estratégica, não estão necessariamente ligadas à ativação de um TO ou mesmo a um grande vulto de forças.

Ocorre, às vezes, de algumas operações de menor envergadura alcançar diretamente objetivos de repercussão no nível político. Por exemplo, a operação "El

Dorado Canyon”, em abril de 1986, em que o Almirante Frank B. Kelson II comandou uma ação dos EUA contra a Líbia, utilizando doze aeronaves A-6E partindo de dois navios aeródromos e onze aeronaves F-111 a partir da base de Lakenheath, para atingir um objetivo especificado no nível nacional²¹. Outro exemplo, foi durante a evacuação de não-combatentes da embaixada norte-americana na Somália, em 1991, utilizando um pelotão reforçado a partir de dois navios anfíbios dos EUA.

SEÇÃO IV – TO E A CAMPANHA

A campanha é uma série de operações militares interligadas, dirigidas para alcançar um objetivo estratégico ou operacional num dado espaço de tempo²². Ela poderá levar semanas ou meses, dependendo da situação e vulto das Forças. Como exemplo, na 2ª GM, o Almirante Halsey conduziu a Campanha das Ilhas Salomão que durou cerca de cinco meses, com operações desde Guadalcanal até Bugainville.

Enquanto a campanha reúne uma série de operações coordenadas no tempo e no espaço pelo ComTOM, uma grande operação caracteriza-se por uma ação única e constante para alcançar um objetivo singular, executada por uma força sob controle operativo direto, num espaço de tempo, normalmente, definido. Uma grande operação poderá ser uma fase de uma campanha.

Um exemplo histórico é a Campanha de Recaptura da Europa na 2ª GM planejada pelo General Dwight Eisenhower, cuja magnitude serve de paradigma de uma grande campanha. Podemos resumir os principais esforços²³:

- a) desembarcar na costa da Normandia;

²¹ STANIK, Josep T. Welcome to El Dorado Canyon. Proceedings. Maryland, vol. 122/4/1118. p. 58-61, Apr. 1996.

²² EUA. Marine Corps Doctrinal Publication. MDCP1-2. Campaigning. Washington: Department of the Navy, Nov. 1997. Cap. 1.

²³ Op. Cit. p. 52-54.

- b) reunir os meios necessários para romper o cerco do inimigo;
- c) prosseguir com dois exércitos: um à esquerda, para conquistar os portos necessários, alcançar os limites da Alemanha e ameaçar o Ruhr; outro à direita, para realizar a junção com forças que vão invadir a França pelo sul;
- d) construir uma nova base ao longo da fronteira ocidental da Alemanha, pela conquista de portos;
- e) simultaneamente, preparar o esforço logístico e manter a ofensiva;
- f) a destruição das forças inimigas a oeste do Reno, ao mesmo tempo conquistar cabeças-de-ponte ao longo do rio para lançar um ataque duplo envolvendo o Ruhr, seguindo-se a este um golpe através da Alemanha, com direção a ser estabelecida; e
- g) realizar a limpeza no território da Alemanha.

Nestas breves linhas, podemos identificar uma grande operação – o desembarque na Normandia – como uma fase importante na grande campanha de recaptura, e verificar os esforços operacionais planejados.

A guerra requer o esforço de amplos segmentos de um país, muitas vezes no âmbito de uma aliança multinacional. O emprego das forças de terra, mar e ar, integrado, resulta em uma sinergia no campo operacional. Podendo, entretanto, ocorrer um esforço específico como nos seguintes exemplos históricos: predominância naval (TO do Pacífico na 2ª GM); terrestre (Europa continental 1ª GM); ou aérea (Batalha da Inglaterra, na 2ª GM). Analisando a Guerra do Golfo, sob o enfoque da estratégia operacional, pode-se identificar um esforço marítimo ("sea lift") no início, seguido de um esforço aéreo ("air strike") e, finalizando, um esforço terrestre sobre o território iraquiano ("airland battle").

O estudo da missão, da situação do inimigo, a comparação de meios e as

características do TO permitirão ao estrategista delinear a campanha por meio do:

- a) conceito da campanha no TO;
- b) a seqüência das operações, no espaço e no tempo;
- c) as operações de apoio, a cargo de forças amigas;
- d) sustentação logística; e
- e) e as medidas complementares decorrentes.

SEÇÃO V – OPERAÇÕES²⁴

É em nível operacional que ocorre o planejamento e emprego dos vários componentes de cada Força Armada alocados a um ComTOM. Neste nível serão aplicadas as capacidades em executar operações de cada Força Singular. Conhecer estas operações e explorar suas capacidades específicas são fatores chaves para obter o sucesso em cada esforço operacional na campanha.

O *emprego* integrado de forças no TO exige basicamente:

- a) conhecimento das possibilidades e limitações de cada força;
- b) a disposição de sistemas e meios para exercer o comando e controle;
- c) interoperacionalidade entre forças (meios, adestramento e logística); e
- d) cultura da "arte operacional".

As operações realizadas pela MB, EB e a FAB, podem ser classificadas como:

- a) Operações de Guerra Naval;
- b) Operações Terrestres; e
- c) Operações Aéreas.

²⁴ Fontes destas definições:

- BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-320-B. Glossário de Vocábulos e Expressões Básicas de Uso na MB. Brasília, 1989.

- BRASIL. Ministério da Defesa. MD-33-M-04 Doutrina Militar de Defesa (Res.). Brasília, 2001.

- NATO. Allied Joint Publication. AJP-01(A). [S. l. : s. n.], 1999.

Como sabemos, nas operações são postas em prática a doutrina e a cultura de cada Força, portanto não temos a pretensão de esgotar este assunto, sendo motivo de estudos detalhados em vários cursos nas Forças Armadas. Citaremos a seguir os tipos de operações realizadas por cada uma das Forças Singulares.

Operações de Guerra Naval

São as operações realizadas por forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais em proveito de uma campanha naval em um TOM. Poderão, também, ser realizadas em proveito de um TOT ou Zona de Defesa (ZD) pelo componente naval colocado à disposição.

A Marinha do Brasil poderá executar operações independentes, como por exemplo, uma Força Expedicionária para executar uma incursão anfíbia, visando a salvaguarda de interesses nacionais.

As Operações de Guerra Naval podem ser: de ataque; anti-submarino; anfíbias; de minagem e de contramedidas de minagem; de esclarecimento; de bloqueio; de apoio logístico móvel; especiais; de defesa de porto ou de área marítima restrita; e de defesa de tráfego marítimo; defesa de plataforma de exploração de petróleo; e ribeirinhas. As Operações de Patrulha Costeira e de Salvamento de Vidas e Material são operações correntes de tempo de paz, embora possam ocorrer em tempo de guerra.

Operações Terrestres

São as realizadas no TOT e, em alguns casos específicos, em outros Teatros ou ZD, basicamente pelas Forças Terrestres. O ComTOT emprega seus próprios meios em operações independentes ou meios alocados pelas outras Forças em operações combinadas.

No desenvolvimento das Operações Terrestres, as Forças Terrestres realizam operações ofensivas e defensivas.

Os tipos de operações ofensivas são os seguintes: marcha para o combate; reconhecimento em força; ataque; aproveitamento do êxito; e perseguição.

Na execução das operações ofensivas, as Forças Terrestres empregam cinco formas de manobra: a penetração; o ataque frontal; o desbordamento; o envolvimento; e a infiltração.

Os tipos de operações defensivas são os seguintes: defesa em posição; e movimento retrógrado.

Na execução das operações defensivas, as Forças Terrestres empregam cinco formas de manobra: a defesa de área; a defesa móvel; o retraimento; a ação retardadora; e a retirada.

Operações Aéreas

São as ações militares realizadas pela Força Aérea de forma independente ou integradas às ações de um TO. Nelas são empregados vetores aéreos, tripulados ou não, partindo de bases fixas, móveis ou flutuantes.

Em função da natureza dos efeitos obtidos, são classificadas em operações aeroestratégicas, de defesa aeroespacial, aerotáticas e especiais.

SEÇÃO VI – FUNÇÕES OPERACIONAIS

Definições

A história do Brasil registra a realização de operações combinadas das forças navais e terrestres, como a ataque a Curuzu e a Invasão do Paraguai, na Guerra da

Tríplice Aliança, mesmo sem ter uma doutrina como guia²⁵.

Durante a 2ª GM, consolidou-se o emprego complexo da triade de forças de terra, mar e ar. O término desta guerra tem dois aspectos relevantes para o contexto deste trabalho:

- a) a permanência de forças aliadas no Japão e na Alemanha; e
- b) a conseguinte confrontação leste-oeste, chamada de "Guerra Fria".

Assim, foram mantidos os comandos combinados nas áreas de ocupação consolidando a condução operacional no TO.

A nossa estrutura militar de guerra vigente, embora necessite de atualizações que fogem ao escopo do nosso estudo, prevê a ativação de TO e de comando combinado para conduzir as operações das forças integradas no nível operacional.

A seguir, descreveremos as definições necessárias para o emprego operacional²⁶.

Comando Combinado é aquele de mais alto nível com responsabilidade de cumprir determinada missão e terá como subordinados, quando necessário, componentes operativos de mais de uma Força Armada. Caracteriza-se pelo comando único e pela existência de um estado-maior combinado.

Operações Combinadas são aquelas empreendidas por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob a responsabilidade de um comando único.

Estado-Maior Combinado é o órgão composto de pessoal militar qualificado, pertencente às forças componentes, que tem por finalidade assessorar o comandante.

Força Componente é o conjunto de unidades e organizações de uma mesma Força Singular que integra uma força combinada.

²⁵ SANTOS, Francisco Ruas. Arte da Guerra. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1998. p.253-260.

²⁶ BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-03. Doutrina de Comando Combinado. Brasília, 2001.

Força-Tarefa Combinada é a força combinada, organizada para a execução de uma missão específica, de objetivos e duração limitados, sendo desativada após o cumprimento da missão.

Controle Operacional é o poder atribuído a um comandante para empregar e controlar forças, em missões específicas e limitadas, de modo a capacitá-lo ao cumprimento de sua missão.

Teatro de Guerra é o espaço terrestre, marítimo e aéreo que está ou poderá ser envolvido diretamente pelas operações militares de uma guerra. Entendemos que esta definição tem um sentido amplo, em função da possibilidade de ampliação da guerra, que poderá desdobrar-se por outras áreas, dependendo dos meios e dos países arrastados para a guerra.

Teatro de Operações é a parcela do Teatro da Guerra (TG) necessária à condução de operações militares de grande vulto para o cumprimento de determinada missão, onde será realizada a campanha militar e o seu conseqüente apoio logístico.

Normalmente a ativação de um TO requer componentes de forças navais, aéreas e terrestre, quando será ativado, também, um Comando Combinado. Poderá ser ativado um TOM e/ou um TOT.

Teatro de Operações Marítimo é a parte do TG necessária à execução de uma campanha naval, visando ao cumprimento de uma missão.

Teatro de Operações Terrestre é a parcela do TG necessária à execução de uma campanha terrestre, visando ao cumprimento de uma missão.

Zona de Defesa (ZD) é constituída por cada uma das partes em que é dividido o território nacional para fins de defesa territorial.

Comando do Teatro de Operações Terrestre (ComTOT) é um grande comando

combinado, diretamente subordinado ao Comandante Supremo, ao qual será atribuída a responsabilidade pela área necessária à execução de operações militares predominantemente terrestres.

Comando do Teatro de Operações Marítimo (ComTOM) é um grande comando combinado, diretamente subordinado ao Comandante Supremo, a cujas forças caberá realizar operações singulares e combinadas, bem como participar de operações conjuntas concernentes à consecução da campanha naval, a ser empreendida em área de responsabilidade que compreenderá toda a extensão oceânica, inclusive ilhas e trechos do litoral, necessária ao desenvolvimento das operações navais.

Comando da Força Expedicionária (ComFE) é um comando ou grande comando, combinado ou singular, diretamente subordinado ao Comandante Supremo, no qual estarão enquadradas as forças militares do Brasil, que o governo brasileiro decidir empregar com o propósito de defender seus interesses ou de atender a compromissos internacionais que tenha assumido.

Funções operacionais

As funções exercidas no nível de condução operacional são decorrentes da necessidade em agrupar as tarefas afins e as responsabilidades decorrentes.

O principal modelo utilizado foi o estado-maior clássico, com suas funções tradicionais. Outras funções foram acrescentadas por entendermos serem necessárias em face do nível de condução.

Para atender este tópico nos espelhamos, também, na publicação doutrinária da “NATO”, cuja cópia está no anexo D²⁷. Foi também realizada pesquisa, “in loco”, no

²⁷ North Atlantic Treat Organization (NATO).

Ministério da Defesa, em Brasília, para conhecer detalhes do assunto.

As funções de um estado-maior serão, basicamente, dependentes da missão que for atribuída ao Comandante. A missão, os meios envolvidos e o TO influenciarão muito na definição das funções do estado-maior.

No quadro nº 1, que se segue, estão delineadas as funções de um estado-maior combinado. No anexo E, estão detalhadas as tarefas correspondentes a cada função.

FUNÇÕES, SEÇÕES, TAREFAS DO ESTADO-MAIOR

| OFICIAL DE | SEÇÃO | TAREFAS ACORDO PÁG. DO ANEXO E |
|--------------------|-------|--------------------------------|
| PESSOAL | 1ª | E-1, E-2, E-3 |
| INTELIGÊNCIA | 2ª | E-1, E-3, E-4 |
| OPERAÇÕES | 3ª | E-1, E-4, E-5 |
| LOGÍSTICA | 4ª | E-1, E-5, E-6 |
| PLANEJAMENTO | 5ª | E-1, E-6 |
| COMANDO E CONTROLE | 6ª | E-1, E-6 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 7ª | E-1, E-7 |
| ASSUNTOS CIVIS | 8ª | E-1, E-7, E-8 |
| CHEFE | - | E-1 |

QUADRO Nº 1 - FUNÇÕES

O estado-maior é um elemento organizacional de assessoria e, normalmente, não está na cadeia de comando.

É chefiado por um Chefe de Estado-Maior, eventualmente, poderá existir Subchefe de Estado-Maior para coordenar trabalhos específicos ou seções.

A adjudicação de meios às Forças Componentes de um comando combinado, veja a organização na figura nº 2, deve ser feita, preferencialmente, de acordo com a

natureza das operações e o ambiente geográfico.

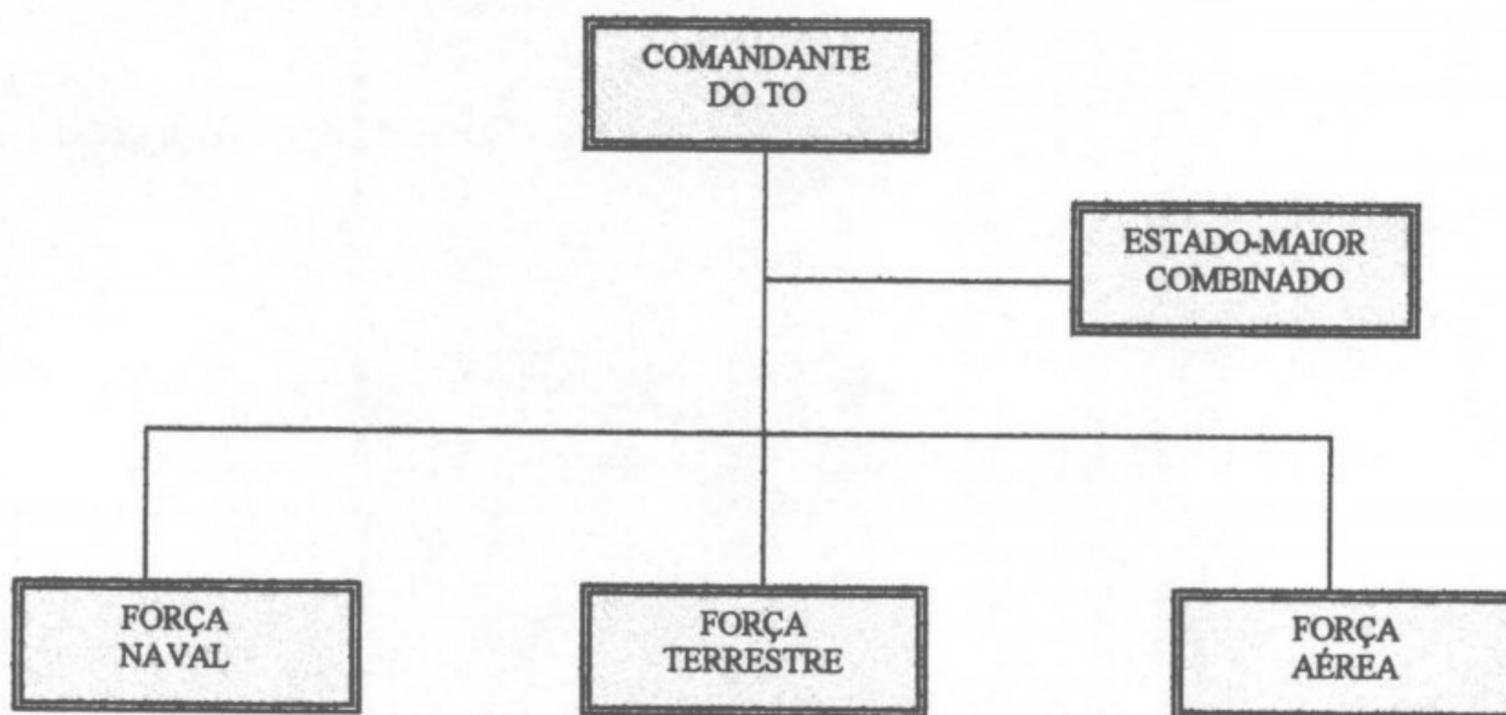


Figura nº 2 – ORGANOGRAMA DO COMANDO COMBINADO

O Comandante do Comando Combinado de um TO poderá criar outras funções e assessorias em razão da necessidade e da complexidade da missão. Segue abaixo a figura nº 3 com o organograma das seções do estado-maior (a seguir).



Figura nº 3 – ORGANOGRAMA DO ESTADO-MAIOR

CAPÍTULO 4

FORÇA ANFÍBIA: OPÇÃO ESTRATÉGICA

*“... as expedições combinadas são na realidade forças combinadas e não um exército escoltado por uma frota”.*²⁸

(Julian Corbett)

SEÇÃO I – AS FORÇAS ANFÍBIAS

Uma Força Anfíbia é uma organização que reúne unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais que compõem a Força Naval (ForNav) e a Força de Desembarque (ForDbq), visando executar uma operação anfíbia. **A Força Anfíbia**, sob comando único, quando organizada por tarefas para cumprir determinada missão é denominada de **Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf)**. O vulto dos meios envolvidos dependerá da missão e da conseqüente organização por tarefas da ForTarAnf.

Uma operação anfíbia é um ataque lançado, a partir do mar, contra uma costa hostil ou potencialmente hostil, para alcançar o(s) objetivo(s) atribuído(s) à ForTarAnf.

As operações anfíbias compreendem as modalidades:

- a) assalto anfíbio;
- b) incursão anfíbia;

²⁸ CORBETT, Julian S. Algunos Principios da Estrategia Maritima (Trad.). Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval, 1936. p. 302.

Notas do autor:

- a) Expedições combinadas é o conceito das operações de desembarque levadas a efeito pelo exército e pela marinha do Reino Unido, tratadas por Corbett, Op. Cit. cap. IV, sec III.
- b) Em função do tema especializado, reavivamos somente alguns conceitos básicos para dar concatenação aos assuntos.

- c) retirada anfibia; e
- d) demonstração anfibia.

A operação anfibia   uma operação naval, sendo considerada a mais complexa das operações. A sua execução envolve a realização de várias outras operações em terra, mar e ar.

SEÇÃO II – A HISTÓRIA RECENTE E PERSPECTIVAS

A história recente

Após o desembarque em Galipoli, em 1915, muitos afirmavam que não era exeq ivel realizar operação anfibia pelo fracasso da mesma. Contrariando isso, a 2  GM foi palco de inúmeras operações anfibias.

Ao término da 2  GM previa-se que não seria aceitável realizar operações anfibias pelas inúmeras baixas ocorridas naqueles desembarques. Logo depois veio a operação anfibia em Inchon, na Coréia, que se mostrou uma opção estratégica para cortar as linhas de comunicações dos norte-coreanos e, depois, fazê-los recuar.

Em período mais recente, assistimos a Guerra das Malvinas no Atlântico Sul, em 1982, onde ocorreram várias operações de guerra naval. Dentre estas operações realizaram-se: assalto anfibio; incursão anfibia; e demonstração anfibia.

Uma lição desse conflito foi a perda da capacidade dos ingleses em causar dissuasão ao ataque argentino, pelas gradativas reduções de seu poder naval. Outra lição histórica de interesse para o trabalho, foi a excessiva interferência do poder político argentino no nível operacional. Um último ensinamento foi que, mesmo sem os meios desejáveis ou apropriados, as operações anfibias foram realizadas com sucesso.

Na Guerra do Golfo, em 1991, não foi realizada nenhuma operação anfibia de

grande porte. A tarefa da Força Anfibia foi imobilizar forças iraquianas na defesa da costa do Kuwait pela ameaça de um desembarque. Várias pequenas incursões, em ilhas, e demonstrações anfíbias foram executadas com grande publicidade para manter os defensores sob tensão.

Como a 13ª Unidade Anfibia (UANf) e as 4ª e 5ª Brigadas Anfíbias (BANf) foram as primeiras a chegar ao TO, serviram de fator de dissuasão, inicialmente, contra a invasão da Arábia Saudita; além do que se comprovou a mobilidade de uma Força Anfibia e seu valor estratégico.

A seguir reproduzo o ensinamento de um historiador militar que comenta em seu livro os aspectos psicológicos e o impacto estratégico das operações anfíbias: “Even if military practice and theory have neglected landings operations for long periods, the memory of peoples along sea shore never forgets them. Hence it is that landings may provide a shock that as in a wounded man may prove more fatal than the loss of blood”²⁹. Adaptando a lição, a memória de quem viveu o choque de uma operação de desembarque jamais a esquece, portanto os militares não devem olvidar do valor do impacto estratégico causado por uma operação anfibia!

Perspectivas

A nova ordem internacional que está sendo construída reduziu a possibilidade de uma escalada nuclear baseada na “Mutual Destruction Assurance”³⁰. Porém, reacenderam os conflitos regionais limitados e as ameaças tornaram-se incertas e difusas, exigindo que as Forças Armadas sejam estruturadas em capacidades, visando à

²⁹ VAGTS, Alfred. Landing Operations. Pennsylvania: The Military Service Publishing Company, Jan. 1952, second printing, p.[s1]. Introduction. O grifo foi acrescentado pelo autor.

³⁰ Mutual Destruction Assurance (MDA) é a denominação da estratégia dos EUA e Rússia de ter o número de ogivas nucleares capazes de assegurar a destruição do oponente.

defesa do Estado em qualquer espaço geográfico.

O crescimento do Brasil tem projetado, gradativamente, nossa economia nos países vizinhos e limítrofes ao Atlântico Sul, somado às pretensões brasileiras de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, são fatores indicadores da necessidade de termos uma Força-Pronta para atender aos compromissos internacionais, além de salvaguardar os nossos interesses no exterior.

A situação em vários países limítrofes com o Brasil, nos leva às preocupações de que os conflitos internos transbordem para o território nacional. Não podemos esquecer que nações em sérias dificuldades como a Alemanha, na 2ª GM, e a Argentina em 1982, optaram irracionalmente pela guerra.

Cerca de 95% das mercadorias do comércio exterior brasileiro são transportadas pela via marítima, a extração de cerca de 80% de nosso petróleo provém da plataforma continental e a cobiça pelos recursos vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), nos conduz a hipóteses de empregar o Poder Naval para defesa de nossos interesses ou para dissuadir ações hostis contra nosso país.

Embora não seja objeto de nossa proposição abordar as hipóteses de emprego do poder militar, esta breve perspectiva serve de subsídio para as principais opções de emprego da Força Anfíbia, que serão abordadas como conclusão. Em particular, a capacidade deste conjugado anfíbio significa a MB dispor de um “braço longo” para fazer-se presente de forma eficaz em terra, onde ditarem os interesses brasileiros.

SEÇÃO III – NÍVEL OPERACIONAL: PARTICIPAÇÃO

DAS FORÇAS ANFÍBIAS

A Força Anfíbia conjuga as capacidades da Força Naval (ForNav) e da Força de Desembarque (ForDbq), cuja sinergia reúne características especiais para participar do

emprego no nível operacional, como tentaremos fundamentar a seguir.

a) A combinação de forças que operam nos ambientes de terra, mar e ar, normalmente componentes de uma ForTarAnf, confere uma flexibilidade de emprego singular. A ForDbq poderá ser organizada para realizar desde um assalto anfíbio, para conquistar e manter um objetivo, até uma incursão anfíbia de pequeno vulto de forças. A Força Naval estará constituída com Grupos-Tarefas de Apoio de Fogo, Ação de Superfície, Anti-submarino e outros necessários; além disso dispõe de mísseis, torpedos, bombas, canhões e metralhadoras capazes de prover o poder de fogo necessário ao conjunto das ações navais. As aeronaves embarcadas são capazes de transportar e proteger as tropas, apoiar, lançar armamentos e projetar o poder de combate em profundidade. Sucintamente, a Força Anfíbia tem flexibilidade em:

- 1) organização, adaptável de acordo com as fases ou as oscilações da operação;
- 2) gradação do uso da força, em função da variedade e alcance dos armamentos; e
- 3) combinação variável de forças que operam em terra, mar e ar.

b) A unidade de comando é assegurada pelo Comandante da Força-Tarefa Anfíbia (ComForTarAnf). Esta formidável combinação de forças contém os ingredientes básicos de um comando combinado, ou seja, variedade de forças sob comando único para alcançar os objetivos operacionais.

c) A mobilidade estratégica dos meios navais e aeronavais permite que a Força Anfíbia desloque o seu poder de combate para aplicação onde for necessário. Em terra, a ForDbq dispõe de carros de combate, viaturas blindadas, viaturas anfíbias, viaturas de transporte que provêm a mobilidade tática, além do apoio

de engenharia de combate que facilita o movimento das tropas e dos atributos de “força leve”³¹.

- d) A Força Anfibia é capaz de explorar o princípio da surpresa pela escolha do trecho do litoral onde executará o desembarque; podendo, também, realizar uma demonstração anfibia, visando iludir o inimigo quanto ao verdadeiro local do desembarque.

Embora seja difícil a surpresa estratégica, em função dos sensores hoje existentes e das dificuldades em ocultar a movimentação de uma força de vulto, é possível obter a surpresa tática utilizando o máximo da mobilidade e o intenso adestramento para um rápido desembarque e reorganização. Mesmo que esta surpresa seja reduzida, a existência de uma Força Anfibia no TO obrigará o inimigo a defender várias praias e regiões capitais do terreno, imobilizando grandes efetivos em larga frente, enfraquecendo o seu dispositivo de defesa.

- e) A Força Anfibia poderá usar o efeito tempo, lançando o desembarque no momento mais oportuno. Este momento poderá ser quando o inimigo apresentar uma fraqueza no seu dispositivo. Poderá retardar o seu emprego aguardando melhores condições meteorológicas ou do estado do mar.
- f) Maximizar o princípio da concentração lançando o esforço principal da Força Anfibia no centro de gravidade do inimigo.
- g) A sustentação logística está embutida na característica de permanência da Força Naval. A Força Anfibia transporta seus suprimentos nos navios e

³¹ Força leve neste trabalho significa que os meios e suprimentos são embarcados, transportados e desembarcados na área de operações, a partir dos navios ou aeronaves; e cujas tonelagens e dimensões permitam o tráfego em estradas secundárias. O armamento e equipamento individual da tropa deve permitir seu deslocamento a pé por longos períodos.

organiza, normalmente, um apoio logístico móvel. Se a campanha ou operação for prolongada, caberá ao ComTOM prover comboios de acompanhamento (“follow-on echelon”) para reabastecimento.

Complementando a fundamentação do emprego de uma Força Anfíbia, abordaremos as limitações e requisitos para executar uma operação anfíbia no âmbito de um TO ou como uma Força Expedicionária.

- a) É fundamental dispor de superioridade aérea local ou baixa oposição aérea; como também ter o controle da área marítima e baixo nível de contraste do mar, localmente.
- b) Para iniciar o desembarque, as condições meteorológicas e oceanográficas devem ser bem avaliadas, pois poderão dificultar o desembarque e impedir a reconstrução do poder de combate em terra, expondo a tropa.
- c) A concentração de forças do inimigo poderá tornar desfavorável a comparação de poderes combatentes, sendo desaconselhável a operação de desembarque nesta área e neste momento.
- d) Uma Força anfíbia, ao concentrar seus meios para o desembarque, fica vulnerável ao emprego de armas de destruição em massa como baterias de mísseis e ogiva nuclear, embora que o emprego desta última seja considerado remoto.

Os requisitos e limitações devem ser considerados no planejamento de uma operação ou de uma campanha, mesmo como hipóteses básicas. Porém, em nível de condução operacional, devemos principalmente explorar as vantagens auferidas pelas capacidades intrínsecas de uma ForTarAnf.

CAPÍTULO 5

OPÇÕES DE EMPREGO DA FORÇA ANFÍBIA

Sintetizando nosso estudo, verificamos que a evolução do fenômeno da guerra produziu, gradativamente, novos níveis de condução, em função do aumento dos efetivos e do espaço para travar os combates.

Paralelamente, a evolução dos meios deu maior velocidade às forças, ampliou ainda mais o espaço para realizar as campanhas militares e criou novas dimensões na guerra. Além disso, a tecnologia permitiu que a condução da guerra fosse exequível nos níveis preconizados nas doutrinas aqui abordadas.

O estabelecimento do conceito de níveis de condução tornou-se uma partição lógica da guerra, que nos auxilia a analisar, preparar e fazer a guerra. Desta forma, este conceito é necessário para melhor compreensão deste complexo fenômeno.

O tema níveis de condução está em estudo em nossas Forças Armadas, o fulcro principal do problema é a padronização de linguagem, que está sendo conduzida pelo Ministério da Defesa. Assim, conforme analisamos, propomos estabelecer os seguintes níveis de condução: político; estratégico; operacional; e tático.

Cabe ressaltar que os níveis não têm limites rígidos, inter-relacionam-se em forma complementar, como mostramos graficamente. A compreensão das tarefas e responsabilidades em cada nível são fatores importantes para o êxito das campanhas militares, como vimos nos exemplos históricos. Devemos implementar o conceito de níveis de condução como amadurecimento de uma doutrina, adaptado à cultura política e militar brasileira.

O Brasil é um país com extensa fronteira marítima e com expressivos recursos econômicos em sua ZEE, vulneráveis às ameaças pela via oceânica. A defesa ou

dissuasão a estas ameaças é, indiscutivelmente, tarefa fundamental do Poder Naval.

Do exemplo da Guerra das Malvinas, depreendemos que a degradação do Poder Naval poderá incentivar uma agressão armada. Não seria sensato mitigar este poder ao ponto de comprometer a defesa do Estado, a dissuasão requer um Poder Naval com credibilidade.

Por outro lado, a salvaguarda de interesses brasileiros no exterior poderá requerer uma capacidade de projeção de poder sobre terra, compatível com a estatura política do Brasil e seu projeto de nação expoente na comunidade internacional.

Entretanto, devemos nos lembrar que construir e manter um Poder Naval com credibilidade é uma tarefa para muitos lustros³². Não se improvisa uma Marinha!

As perspectivas de emprego requerem forças com flexibilidade, mobilidade e logisticamente sustentadas. Estas características estão presentes em uma **Força Anfíbia**, conforme fundamentamos a sua **participação no nível operacional**.

Na abordagem dos aspectos operacionais citamos os elementos da arte de desenhar as campanhas, assim como reavivamos os principais tipos de operações realizadas no TO.

Seguindo nossa proposição, buscamos modelos doutrinários para delinear as **funções** em um estado-maior de um TO e, também, certificar que o nível de condução operacional é, por excelência, o ambiente em que se explora as características e capacidades do conjugado anfíbio.

Concluindo, a Força Anfíbia como instrumento do Poder Naval tem as seguintes **opções de emprego**:

- a) atacar o flanco do inimigo, a partir do mar, por meio de um assalto anfíbio;
- b) desembarcar e conquistar objetivos, para cortar as linhas de comunicação das

³² Um lustro equivale a cinco anos.

- forças oponentes, por meio de um assalto anfíbio;
- c) desembarcar em uma área, para abrir nova frente de operações, dispersando o esforço do adversário, permitindo o prosseguimento de outras operações;
 - d) ameaçar com um desembarque, retendo ponderáveis forças do outro partido dispersas na defesa de áreas litorâneas, por meio de uma demonstração anfíbia, permitindo o despistamento tático;
 - e) desembarcar e/ou ocupar objetivos estratégicos ou vitais, de forma preventiva, negando o uso destes objetivos ao oponente;
 - f) desembarcar e/ou ocupar áreas ou bases avançadas, em proveito de uma campanha naval;
 - g) apoiar negociações político-diplomáticas, por meio da presença dissuasória ou de uma demonstração anfíbia;
 - h) realizar operações para salvaguardar o interesse do país no exterior, como Força Expedicionária;
 - i) realizar operações de evacuação de não-combatentes, como Força Expedicionária;
 - j) realizar operações emergenciais de ajuda humanitária, no país e no exterior;
 - k) participar de operações de guerra em uma aliança ou coalizão de forças multinacionais;
 - l) participar de forças multinacionais para manutenção e/ou imposição da paz, por resolução de organismo internacional, de acordo com os interesses brasileiros;
 - m) ocupar ilhas, estreitos ou pontos focais de interesse para a navegação, contribuindo para o controle das vias aquáticas;
 - n) executar incursões anfíbias com diversos propósitos;

- o) executar operações ribeirinhas, após adaptação ao ambiente;
- p) executar operações especiais;
- q) ser uma reserva estratégica; e
- r) contribuir para a dissuasão.

Finalizando, muitos países têm marinha de guerra, porém poucos têm a capacidade de planejar e executar uma operação anfíbia. A capacidade de projetar uma Força Anfíbia confere ao Poder Naval opções capazes de influenciar a solução favorável de um conflito.

ANEXO A

PESQUISA DE TEMA C-PEM (PERGUNTAS)

De: @uol.com.br>
Para: <femandomose@defesa.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 9 de abril de 2002 00:08
Assunto: PESQUISA DE TEMA C-PEM/ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CARO CMG (FN) FERNANDO MOSE S. ABREU

1 - TENDO OPTADO POR UM TEMA DE Nº 52, O NÍVEL OPERACIONAL DA GUERRA E AS FORÇAS ANFÍBIAS, VENHO SOLICITAR DADOS PARA ESSE TRABALHO, OS QUAIS SERÃO AGREGADOS COMO ENTREVISTA. ASSIM, DESCREVEREI AS PERGUNTAS A SEGUIR.

A) DE ACORDO COM O DOCUMENTO "MD33-M-04", Cap. III, Seç4, item 4.

1.2, .b, NA CONDUÇÃO DA GUERRA É IMPERATIVO DISTINGUIR-SE A CONDUÇÃO POLÍTICA DA OPERACIONAL(sic). PARTINDO DESSA AFIRMATIVA DE NOSSA DOCTRINA DE DEFESA, TEREMOS OS NÍVEIS DE CONDUÇÃO:

POLÍTICA»»»»> NÍVEL POLÍTICO(Presidente da República-PRESREP)

NÍVEL ESTRATÉGICO (PRESREP???) (Min.Def.?)

OPERACIONAL»»»»> NÍVEL ESTRATÉGICO-OPERACIONAL (ComTO)

NÍVEL TÁTICO.

COMO SABEMOS A POLÍTICA PERMEIA TODO O ESPECTRO DA GUERRA. A DEFINIÇÃO DO "MD33" PARECE CONDUZIR A ESSA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS (vide MD33), CONDIZENTES COM A POSIÇÃO DO "EMA" E ADOTADA POR OUTROS PAÍSES. NO MEU ENTENDIMENTO, AS "GUERRAS" FORAM TRAVADAS POR MUITOS SÉCULOS SEM O ENFOQUE

DE NÍVEIS DE CONDUÇÃO: HODIERNAMENTE, O ESTABELECIMENTO DE NÍVEIS AUXILIAM NO PREPARO E NA CONDUÇÃO DA GUERRA E, ADEMAIS, NO ENTENDIMENTO E ANÁLISE DESSE FENÔMENO.

- B) DENTRO DE UM COMANDO COMBINADO, NO MEU ENTENDIMENTO, TEMOS UMA ESTRUTURA DE ESTADO-MAIOR GERAL E OUTRAS FUNÇÕES QUE DEPENDEM DO CENÁRIO E DA SITUAÇÃO. QUAIS AS FUNÇÕES DELINEADAS EM UM ESTADO-MAIOR DE UM TOM???
- C) NO CASO DE EVACUAÇÃO DE PESSOAL NÃO-COMBATENTE COMO SERIA O CONTROLE DE UMA ForTarAnf??? SERIA SUBORDINADA AO ComOpNav? AO M. DEFESA? AO PRESREP? EM UMA SITUAÇÃO REAL, CREIO QUE SERIA AO PRESREP.
- D) UMA ForTarAnf PARA RETIRAR NÃO-COMBATENTES ALÉM MAR, AO MEU VER, ENQUADRA-SE NA DEFINIÇÃO COMO FORÇA EXPEDICIONÁRIA, VER DOCUMENTO MD33-M-04, CapVI, Seç5, 5.1.f.
- E) CONFORME AS DEFINIÇÕES DO MD33-M-04, CapVI, Seç6, 6.1, DORAVANTE NÃO TEM SENTIDO FALAR EM "OPERAÇÃO CONJUNTA" ???

2 - QUAISQUER OUTROS DADOS JULGADOS ÚTEIS SERÃO BEM-VINDOS. AGRADEÇO ANTECIPADAMENTE A COLABORAÇÃO SOBRE ESSE ASSUNTO, QUE ESTÁ SENDO ANALISADO NO ÂMBITO DAS FORÇAS E DO "MD", O QUE ESTIMULA O TEMA SOBRE O QUAL TENHO ACOMPANHADO HÁ ALGUNS ANOS.

UM CORDIAL ABRAÇO.

ANEXO B

PESQUISA DE TEMA C-PEM (RESPOSTAS)

1. O documento intitulado "Doutrina Militar de Defesa" especifica que cabe à Política, e mais especificamente, ao Presidente da República, seu condutor, o estabelecimento dos objetivos políticos da guerra, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, do qual o Ministro da Defesa é um dos seus membros natos e, portanto, o principal interlocutor na arena política. O documento citado enfatiza que a condução operacional também é realizada pelo PR, como Comandante Supremo, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa. Logo, fica claro o papel dual do Presidente da República como Chefe do Executivo e principal condutor político e como Comandante Supremo e principal condutor militar. Ambos os papéis estão assinalados no artigo 84 da CF, constando do rol de suas atribuições. Logo, a política vai permear e se imiscuir nas ações de combate, circunscrevendo o uso da força de acordo com a vontade nacional, ou seja, a política imporá o que pode e o que não pode ser feito, na forma de limitações e restrições que são exteriorizadas pelo segmento militar como normas de comportamento operativo e/ou regras de engajamento bem como determinando os objetivos políticos a serem buscados. Em suma, a política agrega foco à ação militar e delimita seu uso, refletindo-se, portanto, em todas as instâncias das ações militares decorrentes. No entanto, em nenhum momento ela define o "como" fazer, pois extrapola a sua competência.

Já na esfera militar, a definição de instâncias gerenciadoras outras é simplesmente um reflexo de possibilidades e capacidades militares existentes.

O mais importante é a relação de parceria, conformando uma verdadeira cooperação que deve haver entre as instâncias política e militar na condução do esforço de guerra por uma nação, evitando dissonâncias que impliquem em vidas de nacionais e recursos do Tesouro despendidos inutilmente.

2. Caberá ao Comandante Combinado tal decisão.
3. Dependerá da situação. Se for uma operação singular, caberá a Marinha definir as relações de comando; por outro lado, se for uma operação combinada tal decisão emanará do Comandante Combinado. Importante frisar que o controle final de todas as operações realizadas por um Comando Combinado estará a cargo do Comandante Supremo, no caso o Presidente da República.
4. Sim.
5. Sim³³.

³³ BRASIL. Ministério da Defesa-MD-33. Brasília. Acesso, <fernandomose@defesa.gov.br> em 5 jul. 2002.

ANEXO C

MARINHA DO BRASIL ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PARECER Nº 002 M-32/2001

Assunto: Proposta de adoção de novos termos doutrinários pela Escola de Guerra Naval e sua inclusão no EMA-320 A - Glossário de Vocábulo e Expressões Básicas de Uso na MB.

1 – PROPÓSITO:

Pelo ofício 286 de 2001 da Escola de Guerra Naval, é proposta a adoção e inclusão de novos termos doutrinários na publicação EMA 320-B - **Glossário de Vocábulo e Expressões Básicas de uso na MB.**

Será apresentado um breve estudo teórico sobre a conveniência de se incorporar esses termos na Doutrina Naval, como também de sua inclusão no glossário acima referenciado.

2 – ANÁLISE:

Durante muitos anos a EGN vem sentindo a necessidade de serem definidos para uso dos alunos de seus cursos, como também pela Marinha, certos conceitos já estabelecidos em outras Forças Armadas brasileiras e em países com maior tradição acadêmica. Na ausência de definição, a saída encontrada foi discorrer sobre esses conceitos, dentro das diversas doutrinas até então conhecidas. Assim, a iniciativa da EGN em propor definições e conceitos de uso acadêmico corrente torna-se convenientemente necessário. Passemos, então, a analisar alguns desses conceitos, à luz do que foi apresentado pela Escola, para em seguida, propor alguns outros ainda não perfeitamente definidos em publicações doutrinárias da Marinha que necessitam de definição por parte deste Estado-Maior.

- **Níveis de Condução da Guerra e Estratégia Operacional:**

A EGN propõe a adoção de quatro níveis de condução da guerra, quais sejam:

Político-Estratégico, Estratégico-Militar, Estratégico-Operacional e Tático.

O primeiro nível conforma a mais alta condução do Estado. Neste nível inclui-se a identificação dos interesses nacionais e devem ser condicionadas as estratégias das várias expressões do Poder Nacional. É o Nível Político, por excelência.

O segundo nível, subordinado ao primeiro e interagindo com ele, é o Estratégico-Militar. Neste inclui-se a figura do Ministério da Defesa (MD), que traduz a vontade política, deduzindo os objetivos político-estratégicos que, caso alcançados, contribuirão para a obtenção dos interesses nacionais. É fundamental que este nível interprete corretamente as aspirações do Nível Político.

O Nível Operacional faz a interface entre o nível estratégico-militar e o tático. Neste nível é aplicada o que chamamos de estratégia operacional ou arte operacional. Seu nível é o de Teatro de Operações (TO). Aqui se tem o ordenamento das batalhas, por meio de uma campanha coerente que proporcione o alcance apropriado dos objetivos operacionais, que contribuirão para a obtenção dos objetivos político-estratégicos fixados.

O quarto e último nível é auto explicativo. É o Nível Tático, em que o combate é um fim para alcançar resultados nas batalhas.

A adoção de quatro níveis de condução resulta da observação de alguns conflitos contemporâneos, em que acontecem interferências diretas do mais alto nível político envolvido no curso corrente das operações, muitas vezes influenciando no nível tático e nas regras de comportamento operativo. Isto se deve ao grande desenvolvimento dos sistemas de comando e controle atuais e a estrutura político-militar deve estar preparada para aceitar e se adaptar a essa realidade.

Um aspecto importante que merece reflexão é a utilização, tanto pelo Exército como pela Aeronáutica, de apenas três níveis de condução, o Estratégico, o Operacional e o Tático. Apesar disso, a definição de quatro níveis de condução parece ser a mais apropriada, pois estabelece claramente o nível de cada participante no processo decisório, além de delimitar, em função da grande complexidade do sistema de comando e controle, os espaços de combate que são os Teatros de Operações da atualidade.

Assim, é considerado adequado o estabelecimento de quatro níveis de condução da guerra. O primeiro nível, chamado de Político-Estratégico, englobando o político. O segundo, chamado de Estratégico-Militar, correspondendo ao mais alto nível militar da

Nação. O terceiro chamado de Operacional, correspondendo aos comandos de TO e por fim o Tático que diz respeito aos comandos subordinados a este teatro.

Em complemento é definido pela EGN o conceito de Estratégia Operacional, no que há concordância com este Setor. Nem o **EMA 320-B** e nem o FAE-01/95 do **EMFA, Glossário das FFAA** definem este termo, por conseguinte é considerada oportuna a sua inclusão na primeira publicação.

Proporia, também, a inclusão do conceito de Nível de Condução da Guerra e os quatro diferentes níveis, conforme capitulado no anexo.

- **Guerra de Manobra:**

O conceito **Guerra de Manobra**, como proposto pela EGN, contempla uma nova filosofia de combate, baseada em trabalhos acadêmicos norte-americanos e aprovados, inicialmente no Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e posteriormente, na Marinha e no Exército desse país. Essa concepção é baseada no chamado ciclo de Boyd e em definição e nomenclatura desconhecidas na nossa Marinha e nas demais FFAA.

Inicialmente, deve ser reconhecido que a expressão **Guerra de Manobra** talvez não seja a mais apropriada para o fim a que se destina. senão vejamos.

A classificação normalmente aceita dos tipos principais de guerra, nos compêndios conhecidos sobre Teoria da Guerra contemplam as seguintes definições: Guerra Limitada ou Total, Regular ou Irregular, Convencional ou Nuclear, de Guerrilhas, Revolucionária, de Atrição, de Aniquilação, de Corso, de Libertação Nacional, de Procrastinação, Defensiva, Insurrecional, Civil, Anti-submarino, Biológica, de Resistência, Eletrônica, Externa e Interna, Fria, Mundial, Naval, Psicológica, NBQ, Regional e mais uma dezena de outras classificações. Em nenhuma aparece o conceito **Guerra de Manobra**. Há discordância, também, de que tal expressão seja um novo conceito doutrinário. Muito pelo contrário. Clausewitz, no seu livro VII (O Ataque), capítulo XIII, A Manobra, do seu clássico "**Da Guerra**" cita textualmente a sua visão do que seria a manobra. Jomini em seu **Précis de l'art de la Guerre** já indicava a manobra como uma maneira de engajar partes do exército inimigo com o grosso de suas forças, além de lançar , no campo de batalha, a massa das forças sobre o ponto decisivo com tempo adequado e energia. Basil Liddell Hart em seu livro **Estratégia** propugna o que chamou de estratégia de aproximação indireta que tem como princípio a desorganização das forças inimigas por meio da aproximação de pontos inesperados do

inimigo, provocando a sua rápida degradação. É a essência da **manobra**, brilhantemente empregada pelos alemães na fase inicial da Segunda Guerra Mundial.

Se a essência da guerra é a manobra, conjugação do movimento com o poder de fogo, não pareceria lógico classificar Guerra de Manobra como um novo conceito doutrinário. A guerra estática do tipo Vaubaniana parece estar inquestionável relegada ao passado.

Outra observação discutível foi a que mencionou o "princípio da massa como a responsável pelos sucessos das operações até a **segunda metade do século XX**. Era a chamada **guerra de atrito**, onde a força opunha à força, prevalecendo a quantidade em detrimento da qualidade" (pág. 2 do Anexo A do documento referenciado). Tal afirmativa não espelha completamente a realidade. Durante a Segunda Guerra Púnica, Aníbal empregou o movimento ao invés do atrito, de uma forma muito eficiente, culminando na vitória sobre Varro na batalha de Canas em 216 a.C., utilizando a manobra de envolvimento da retaguarda romana. Napoleão utilizou a manobra estratégica indireta em Ulm para derrotar os austríacos em 1805. Manstein idealizou o rompimento em Sedan contra os franceses em 1940, através de uma manobra estratégica como preconizada por L. Hart. Nesses três exemplos a manobra/movimento sobrepujaram o atrito. Mesmo na chamada segunda fase da Primeira Guerra Mundial, em que observamos um ápice indesejado da guerra de atrito, a vitória só foi atingida pela Segunda Batalha do Marne, quando o movimento se sobrepôs ao atrito. Nem sempre a força prevaleceu nos combates. Cada guerra, cada combate, cada ação é única e sofre dos efeitos temporais e conjunturais. A generalização no campo da Polemologia é o que muitos especialistas estão tentando conseguir, sem sucesso, até o momento.

Certamente que a Guerra de Manobra como propugnada pela EGN se reveste de aspectos muito mais amplos do que a simples definição deste termo. Trata-se realmente de uma abordagem doutrinária global que, por sua abrangência requer uma análise mais cuidadosa.

A EGN neste ano e dentro de sua tarefa de investigar, estudar, experimentar e opinar sobre novos métodos, teorias, planos e doutrinas aprovou, para uso em seus cursos, duas FI que tratam da citada Guerra de Manobra. A primeira, a FI 504 - "Guerra de Manobra" aborda a conceituação teórica do que seria essa "doutrina" e a segunda, a FI 503 - "Comando e Controle na Guerra de Manobra" define a natureza e as teorias de

Comando e Controle nesse campo de atividade.

Em que pese não existir essa "doutrina" no Exército e na Aeronáutica e não ser intenção do Ministério da Defesa, até o momento, implementar os seus conceitos, dentro de suas áreas de atuação, esta Divisão julga conveniente a experimentação de seus preceitos. A EGN, dentro do que prescreve o seu regulamento e aproveitando a potencialidade do material humano de seus cursos, poderá propor, formalmente, ao Estado-Maior da Armada a implementação desses novos conceitos.

Como não se trata, somente, da validação de uma nova expressão a ser incluída no Glossário de Vocábulos e Expressões de Uso na MB, mas sim da aprovação de uma nova "doutrina" a ser utilizada basicamente pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), sugiro não incluir a expressão **Guerra de Manobra** nesta publicação, até que a EGN valide os seus conceitos e proponha formalmente a sua adoção, encaminhando os seus comentários e as FI em questão para análise.

Por se tratar de assunto de interesse do componente terrestre da Marinha, proponho que seja consultado pelo EMA, em seguida, o Comando Geral do CFN, a quem caberá a emissão de parecer sobre a conveniência de sua adoção.

- **Centro de Gravidade:**

Conceito teórico intimamente relacionado com a concepção de grande estratégia de Clausewitz. No manual de campanha C-124-1 do EME é definido o centro de gravidade como idealizado por Clausewitz. A EGN empregava, alguns anos atrás (1997), em seu **Glossário de Estratégia**, a definição de que o CG era "a representação do ponto ótimo de aplicação da força na guerra. Retoricamente, o termo pode ser utilizado para distinguir aqueles pontos do inimigo onde a aplicação de força pode produzir os melhores resultados. No limite, o CG é o ponto onde aplicação bem sucedida de força induz ao sucesso na guerra, isto é, atende ao propósito político". O conceito atualmente empregado pela EGN é **ipsis literis** o adotado pelas FFAA dos Estados Unidos. A definição é coerente e não se choca com as definições de outras FFAA brasileiras. No entanto, de forma a torná-la mais abrangente, é proposta por este Setor a definição no anexo, complementando a da EGN. A retirada do segundo período justifica-se, na medida em que a determinação de um CG não abarca somente o estudo dos Fatores de Força do Comandante ou do inimigo. Por não ser tão abrangente fica mais apropriado substituir esse período. Reconhecer este CG do inimigo é "um ato supremo



de julgamento estratégico", afirmava Clausewitz. O seu discernimento transcende os Fatores de Força apenas. Quem imaginaria que o CG dos EUA seria a opinião pública na Guerra do Vietnam?

Projeto de Força:

A MB tem utilizado em seus planejamentos a "Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha" (SPAN) que indica, de uma forma ampla os caminhos a serem seguidos pelos diferentes escalões para a resolução de problemas militares. Dentro dessa sistemática foi confeccionado o Plano Estratégico da Marinha e está sendo elaborado o Programa de Reparcelamento da Marinha.

O Projeto de Forças, como ensinado na EGN, segue a sistemática abaixo discriminada, que guarda algumas diferenças com a metodologia atualmente empregada na MB:

- 1 – Primeira Etapa – Resenha Histórica, descrevendo as trajetórias que trouxeram a Marinha até o presente;
- 2 – Segunda Etapa – Avaliação Estratégica Naval – AENAV, apresentando os fatos pertinentes das conjunturas nacional e internacional, as áreas de interesse atuais do Brasil e uma análise crítica das vulnerabilidades ao nosso Poder Naval;
- 3 – Terceira Etapa – Formulação de uma visão de futuro das demandas de segurança e de defesa do Brasil;
- 4 – Quarta Etapa – Formulação dos cenários de projeto, com horizontes projetivos, prospectivos e proficcionais, com o uso intensivo da Prospectiva;
- 5 – Quinta Etapa – Formulação das concepções de emprego e do Conceito Estratégico Naval; e
- 6 – Sexta Etapa – Reformulação da Missão e tarefas básicas da Marinha e determinação dos meios necessários à sua consecução.

Trata-se, pois de outra metodologia para se chegar tanto as tarefas/diretrizes da MB como para os meios necessários à sua consecução.

A EGN vem empregando, em seus trabalhos acadêmicos, essa metodologia faz algum tempo, trata-se, pois de uma modelagem teórica que tem suas virtudes e pecados da mesma forma que a SPAN. Por não ser de uso corrente na Marinha, esta Divisão é de

parecer desfavorável a sua inclusão no Glossário, embora concorde, em princípio, com a sua apresentação acadêmica, limitada às lides dos cursos da EGN, inclusive como uma forma de exercitar o raciocínio dos oficiais-alunos com novas metodologias. Poderá competir a essa Escola a avaliação de sua pertinência, por exemplo, pelos próprios oficiais-alunos por meio de trabalhos acadêmicos críticos, encaminhando-os, logo após, para o Chefe do Estado-Maior da Armada, a quem caberá decidir por sua inclusão como outra metodologia doutrinária em uso na MB, ou mesmo a sua total exclusão dos currículos da EGN.

3 – CONCLUSÃO :

Dessa forma, esta Divisão propõe a inclusão do conceito "Estratégia Operacional" como esboçado pela EGN no EMA 320-B. Ao mesmo tempo, propõe a inclusão dos conceitos "Centro de Gravidade" e "Níveis de Condução da Guerra", com pequenas modificações com vistas a facilitar o seu entendimento teórico.

Por outro lado, não há concordância quanto a inclusão dos conceitos "Guerra de Manobra" e "O Projeto de Força", por não terem sido devidamente validados na MB e nas FFAA.

É sugerido, em complemento, que a EGN analise esses dois novos conceitos e proponha ao EMA a sua implementação.

São propostos novos conceitos doutrinários (Níveis de Condução da Guerra, Nível Político, Nível Estratégico-Militar, Nível Operacional e Nível Tático) para serem incluídos no Glossário e serem adotados pela Marinha.

Por ocasião da revisão da "Doutrina Básica da Marinha" pela Divisão de Doutrina e Guerra Naval deste Estado-Maior, proponho a inclusão de novo capítulo sobre os Níveis de Condução da Guerra, tomando-se por base a FI 329 da EGN, muito bem elaborada pela Escola de Guerra Naval.

Brasília, 11 de julho de 2001

Francisco Eduardo Alves de Almeida
Capitão-de-Fragata
Enc. de Divisão

Aprovo

Brasília, 12 de julho de 2001

Adalberto Casaes Junior
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Subchefe Interino de Estratégia

ANEXO AO PARECER N^o 002 M – 32 / 2001)

a) **ESTRATÉGIA OPERACIONAL:**

Arte de aplicação da Manobra Operacional pelo Comandante de um Teatro de Operações, ou de outro Grande Comando equivalente da Estrutura Militar de Guerra, de acordo com a previsão e orientação da Estratégia Militar, e de acordo com os objetivos estratégicos fixados.

b) **CENTRO DE GRAVIDADE:**

É um ponto do Estado adversário (político, militar, econômico, territorial ou psicossocial) que, caso seja conquistado ou atingido, toda a sua estrutura de poder desmoronará. É um conjunto de fatores, características, capacidades ou mesmo localidades de onde uma força militar, nação ou coalizão extrai sua liberdade de ação, força física ou vontade de lutar.

c) **NÍVEIS DA CONDUÇÃO DA GUERRA:**

São níveis doutrinários que clarificam as ligações existentes entre os objetivos político-estratégicos, e as ações táticas. Embora não haja limites definidos entre eles, os quatro níveis considerados são o político, o estratégico-militar, o operacional e o tático. Eles são aplicados tanto na guerra como em situações de paz, sendo baseados nos seus efeitos ou contribuições para se atingir os objetivos político-estratégicos estabelecidos no escalão decisório mais alto. Diferentes escalões de comando, tamanho de unidades, tipos de forças ou equipamentos não estão associados a nenhum nível específico, devendo os comandantes nos diferentes níveis estarem atentos a eventos inesperados que possam estar relacionados aos quatro níveis acima referenciados.

d) **NÍVEL POLÍTICO:**

Está incluído nesse nível o escalão político que conforma a mais alta condução do Estado, cabendo a esta instância a identificação dos interesses nacionais e as normas de comportamento político que condicionarão as ações de governo. Assim as ações inerentes à expressão militar do Poder Nacional também estarão limitadas pelos condicionamentos fixados por este nível.

e) **NÍVEL ESTRATÉGICO-MILITAR:**

Subordinado ao nível político e interagindo com esse encontra-se o nível estratégico-militar. Dentro desse nível encontra-se o mais alto escalão militar, que após traduzir a vontade política, identifica os objetivos político-estratégicos que, caso alcançados, contribuirão para a obtenção dos interesses nacionais. Deve, também, verificar como as normas de comportamento político poderão interferir nas ações militares, de forma a instruir os níveis de condução militar subordinados.

f) NÍVEL OPERACIONAL:

Este nível está associado ao emprego de forças militares num Teatro de Operações, no qual as campanhas e operações de grande vulto são planejadas, conduzidas e apoiadas, para a conquista de objetivos estratégicos em teatros ou áreas de operação. O protagonista neste nível é o Comandante Operacional, com frequência representado na figura do Comandante do Teatro de Operações, que tem a seu cargo o ordenamento das batalhas, no tempo e no espaço, por meio de uma campanha coerente, que proporcione o alcance apropriado dos objetivos operacionais que contribuirão para a obtenção dos objetivos político-estratégicos.

g) NÍVEL TÁTICO:

Este nível tem a seu cargo a ação propriamente dita através do emprego das forças militares e a materialização da violência, quando necessário. E incluída neste nível a disposição das unidades e suas movimentações, uma em relação a outra e em relação ao inimigo. Por certo a sua atuação estará condicionada por parâmetros políticos. Portanto, as ações neste nível devem subordinar-se as posições políticas adotadas, para que se mantenham corretamente orientadas pelos objetivos definidos no nível estratégico.

ANEXO D

ANNEX 4A -PRINCIPAL STAFF FUNCTIONS IN AN ALLIED JOINT
FORCEHEADQUARTERS

4A1. This Annex outlines the principal staff functions within a headquarters of an Allied joint force to support a Joint Force Commander (JFC) in the planning and conduct of a joint operation. A notional headquarters organization and cell designation is shown at Appendix 4A1. The staff functions and organization set out in this Annex and Appendix 4A1 are provided only as a basic model. On the day, the JFC will organize his staff as he deems necessary to optimise its ability to plan, conduct and support the operation successfully. He will bear in mind the circumstances surrounding the establishment of the joint force, its relationship with any existing NA TO HQs, its mission and the environment in which the mission is to be conducted.

The Staff Functions

- 4A2. **Personnel and Administration.** The Personnel and Administration (PANDA) staff's principal role is to advise the JFC and the joint staff on the personnel policies and manpower management systems and procedures established by national authorities for their force components. PANDA staff responsibilities include personnel management, accounting, entitlements and benefits, Joint Personnel Centre Operations, morale, welfare, recreation, postal services, safety, provost and discipline, POW administration and casualty reporting. The PANDA staff should also co-ordinate personnel matters with the personnel staffs of the national contingents.
- 4A3. **Intelligence.** The Intelligence Staff is responsible for the provision of timely intelligence to meet the's operation and security requirements thin the, JFC's Area of Intelligence IResQonslb111ty and maintaimng situational awareness m the JFC s Area of Interest. Intelligence aspects of Allied joint operations are covered in more detail in Chapter 12.
- 4A4. **Operations.** The essential role of the Operations staff is to act as the focal point through which the JFC directs the conduct of an Allied joint operation, ensuring unity of effort and the most effective use of resources supporting immediate and planned operations. The Operations staff may comprise sections that cover, maritime, land, air, special forces and space operations (when applicable) plus cells to cover Information Operations (INFO OPS) and targeting disciplines. The Operations staff are responsible for:
- a. Assessing the status and capabilities of assigned forces, as a pre-condition for the JFC' s decision on a CoA and the concept of operations.

4A-1

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1

NATO UNCLASSIFIED

- D-1 -

- b. Recommending force organizations for planned operations.
- c. Advising the JFC on applicable ROE and suggesting changes/additions that the JFC may wish to consider.
- d. Specifying the tasks for force components based on JFC's concept of operations.
- e. Co-ordinating the conduct of INFO OPS and EW (including joint C2 targeting activities, OPSEC, Deception, and PSYOPS).
- f. Monitoring force components plans supporting the JFC's campaign.
- g. Production and dissemination of operation orders.
- h. Co-ordinating the activities of liaison officers appointed to the joint force.
- i. Co-ordinate joint targeting activities as required.

4A5. **Logistics.** The Logistics staff (including the medical branch) is responsible for assessing the logistic and medical/health service support required for achievement of the JFC's campaign objectives, and for ensuring that these support requirements are met throughout the campaign¹. Based on this assessment the logistic staff develops the logistic concept and plans in support of operations and co-ordinates the overall logistic effort. The size and complexity of operations, component participation and force contribution of the nations as well as the degree to which national and or multinational logistics are to be integrated into the logistics concept may require specific logistic co-ordinating activities. If appropriate, a Multinational Joint Logistic Center (MJLC) in support of the JFC's logistics staff may be activated to co-ordinate support between components, National Support Elements, the Host Nation and Non Governmental Organizations (see Chapter 9).

4A6. **Plans and Policy.** The Plans and Policy staff assist the JFC in the preparation of his campaign plan and the planning for future operations. It co-ordinates these planning efforts within the AJFHQ and with higher, subordinate and adjacent commands and civil authorities. The Plans and Policy staff will:

¹ There are certain areas that do not specifically fall under the responsibility of the J4, but should be considered by the logistic staff as they cross staff boundaries and are vital to successful support of the operation plan. These include engineering, infrastructure and rear area security. The JFC may organise these staff functions under J-3 or J-4, as appropriate and depending upon the specific operation. In any case MJLC must directly be subordinated to a 'J-division' of the Joint Staff (normally the J4) and must not develop as an independent and separate chain of command.

4A-2

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1

NATO UNCLASSIFIED

- a. Determine, on the basis of the intelligence assessments, the military conditions for successful accomplishment of the JFC's assigned mission objectives, including action to be directed against the adversary's CoG (Chapter 3 Paragraph 0308b refers) and that required to protect friendly CoG.
 - b. Develop CoAs by which the JFC's assigned mission objectives can be accomplished.
 - c. Co-ordinate the JFC's INFO OPS planning by determining how weaknesses in the adversary's C2 structure could be exploited in favour of the joint force, and what measures should be taken to protect friendly C2 systems. Provide planning guidance for the execution of the phases of the campaign, with particular emphasis on synchronisation of forces, time and area towards achievement of the campaign objectives.
 - d. Promulgate the JFC's decisions on the CoAs for the campaign through planning directives and operation plans.
 - e. Conduct Combat Assessment (CA) of operations as directed by the JFC.
 - f. Plan, in consultation with the Civil-Military staff, for emergency and disaster relief assistance in accordance with NATO policies.
- 4A7. **Communications and Information Systems.** The Communications and Information Systems (CIS) staff should ensure that adequate support is provided for Allied joint operations, and that interoperable CIS procedures are used at all levels in the joint force. CIS are covered in more detail in Chapter 13.
- 4A8. **Doctrine and Training.** The Doctrine and Training element of a joint headquarters is responsible for doctrine management and exercise planning. It is normally found in peacetime establishments, and may not be required in an operational environment as part of a joint force.
- 4A9. **Resources and Finance.** The Resources and Finance branch's tasks are to manage the civil secretariat, administrative and budgetary aspects of Allied joint operations and to provide appropriate specialist advice to the JFC.

4A-3

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1

NATO UNCLASSIFIED

- 4A10. **Civil-Military Co-operation.** A staff should be established to provide a source of civil- military consultation and advice to the JFC. Such a staff should comprise specialists in Civil- Military Co-operation (CIMIC), legal affairs and military and civilian specialists in critical civilian functional skills. They would be responsible for advising the JFC on the implications of all the activities undertaken by the joint force, in peace, crisis and conflict which directly concern the relations between the armed forces, local government, civil population, Non-Governmental Organizations (NGO), Private Voluntary Organizations (PVO) and agencies of the countries where the joint force is deployed, employed and supported.
- 4A11. **Public Information.** A staff should be established to advise the JFC on Public Information (PI) policies in conjunction with the relevant SC/RC PI staffs and representatives from the joint force components. The PI staff would be responsible for a programme of communication with military and civil audiences during Allied joint operations (see also Chapter 21). The PI staff should maintain a liaison with INFO OPS and CIMIC staffs.

4A-4

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1

NATO UNCLASSIFIED

- D-4 -

**APPENDIX 4A-I -NOTIONAL JOINT FORCE HEADQUARTERS
ORGANISATION**

The following table illustrates the designation of Cells that may be found in a joint force headquarters (see note 1), with an outline of the functions that each Cell could be expected to undertake.

| Cell Designation (a) | Title (b) | Functions (c) |
|-------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| J1 | Personnel and Administration (PANDA) | Personnel management Manpower administration Provost and discipline Prisoner of war administration Casualty procedures |
| J2 | Intelligence | Comprises: a. A Joint Intelligence Centre providing all-source analytical support to operational staffs and situation monitoring. b. A Joint Intelligence Ops Section providing requirements management and dissemination. c. A Joint Intelligence Support Section, providing intelligence system support and collection management support. d. A BDA Cell providing collection of damage A information and making assessments of target destruction. |

4A1-1

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1

NATO UNCLASSIFIED

| | | |
|--------------|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| J3 | Operations | <p>A Joint Operations Centre, providing continuous monitoring and immediate co-ordination of operations which may incorporate some or all of the following:</p> <p>a. A Current Operations Centre, providing supervision of allied joint operations and cells covering <u>INFO OPS</u> (including EWCC, OPSEC, PSYOPS and Deception). The Centre also contains Sections covering Maritime, Land, Air, Special Operations and Space Operations (see below).</p> <p>b. An Operations Support Cell provides advice on functional areas such as: ROE, NBC Defence, Meteorology/Oceanography, Search and Rescue. <u>Combat Search and Rescue</u>¹.</p> <p>c. A Combined Joint Reports Cell that prepares all reports for the JFC, provides operations summaries and prepares/maintains records of all significant operational matters.</p> |
| J3(N) | Naval Operations | <p>Maritime operations, including: anti-air, anti-surface and anti -submarine warfare, mine-countermeasures, amphibious operations, organic air and supporting maritime air operations (co-ordinated with <u>J3(A)</u>).</p> |
| J3(L) | Land Operations | <p>Land, including army aviation (<u>co-ordinated with J3(A)</u>), airborne, airmobile force and supporting land operations. Force movement.</p> |

¹ Combat Search and Rescue are planned and co-ordinated by cells.

4A1-2

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1

NATO UNCLASSIFIED

| | | |
|------------------|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| J3(A) | Air Operations | Offensive, defensive, and supporting air operations. Maritime air <u>and army aviation operations</u> are co-ordinated with <u>J3(N)</u> and <u>J3(L)</u> respectively. |
| J3(SF) | Special Forces Operations | Special operations, including CSAR |
| J3(SP) | Space Operations | Space operations, including satellites. |
| J4 | Logistics & Health Service Support | Logistic/Combat Service Support Health Service Support Logistic Host Nation Support (HNS) co-ordination Movement and Transportation Co-ordination. Contracting. Infrastructure Engineering |
| J5 | Plans & Policy | Campaign planning & estimate process Forward planning and co-ordination Contingency planning Operational Analysis (OA) |
| J6 | CIS | Communications & Information Systems management Frequency management Cryptography |
| J7 (2) | Doctrine & Training | Doctrine management Exercise planning |
| J8 (3) | Resources & Finance | Civil Secretariat Civilian personnel management Finance & budget planning Contract authority |
| J9 (4) | Civil Military Cooperation | Provides the Civil-Military interface, including: Negotiation of Co-ordination and Support Arrangements and Agreements Co-ordination of Civil-Military Support Co-ordination with National Civil Emergency Planning |

4A1-3

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1
NATO UNCLASSIFIED

Notes:

1. In this example the cells are prefixed with a 'J' to denote that they comprise part of a joint headquarters. In a Combined Joint Task Force (CJTF) HQ, the cells may be designated 'CJ1, CJ2'...etc.
2. The J7 staff would normally be part of a peacetime headquarters organisation; the cell is unlikely to be included in an operational headquarters.
3. The Resource & Finance staff may form a special group, separate from the main headquarters.
4. A Civil-Military Co-ordination Centre (CIMIC Centre) may be formed, under the direction of the Chief of Staff (COS) in order to effect co-ordination between the allied joint force and international bodies, non-governmental or private voluntary organisations.
5. The joint force commander may have a Staff Judge Advocate on his personal staff.
6. A Press and Information Centre (PIC) may be established (see Chapter 21 paragraph 2117f). The head of the PIC would be responsible to the COS.

4A1-4

RATIFICATION DRAFT CHANGE 1
NATO UNCLASSIFIED

ANEXO E

TAREFAS DO ESTADO-MAIOR

As tarefas correspondem às funções e seções relacionadas no quadro nº 1, Seção VI, do Capítulo 3 (Cf.).

1. Do Estado-Maior Combinado:

- a) assessorar o comandante para a tomada de decisões;
- b) realizar o processo de planejamento;
- c) coordenar os trabalhos entre os seus próprios elementos e entre estes e seus congêneres nos demais comandos, visando garantir a unidade de esforço para o cumprimento da missão; e
- d) supervisionar o cumprimento das normas, diretrizes, instruções e ordens do comandante.

2. Do Chefe do Estado-Maior Combinado:

- a) assessorar o comandante;
- b) supervisionar e coordenar as atividades do estado-maior; e
- c) substituir eventualmente o comandante.

3. Dos Chefes das Seções:

- a) assessorar o comandante e o chefe do estado-maior, participar do processo de planejamento desde a concepção inicial das operações, preparar os planos decorrentes, encarregar-se da formulação de normas, supervisionar e coordenar todas as atividades pertinentes às suas respectivas funções; e
- b) os chefes de seções do estado-maior do comando combinado de mais alto nível, mediante autorização de seu comandante, poderão ligar-se com os

órgãos designados pelos comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica para tratar de assuntos de suas respectivas áreas.

4. Do Chefe da Seção de Pessoal:

- a) estabelecer normas e procedimentos para os assuntos relativos à prisioneiros de guerra e civis internados;
- b) coordenar os pedidos de repletamento de pessoal das forças componentes, planejando, estabelecendo prioridades e acompanhando sua execução;
- c) controlar os efetivos das forças componentes;
- d) controlar os dados sobre as perdas;
- e) propor medidas para manter elevado o moral do pessoal;
- f) selecionar, planejar e coordenar a utilização das áreas de recuperação e centros de recreação;
- g) tratar dos assuntos relativos à disciplina e à justiça militar;
- h) preparar e distribuir os boletins, ordens e planos inerentes à atividade do pessoal;
- i) elaborar normas, planejar e controlar a utilização de mão-de-obra civil, em coordenação com a seção de inteligência;
- j) organizar e controlar o histórico do pessoal e da organização militar;
- k) estabelecer normas e controlar o serviço postal e as correspondências em geral;
- l) receber, consolidar, confeccionar e remeter ao escalão superior (se for o caso) os registros e os relatórios de pessoal;
- m) contribuir com os dados de pessoal para a confecção do plano de apoio

logístico;

- n) planejar, coordenar e estabelecer normas para o sistema de sepultamento; e
- o) reportar à seção de pessoal de nível imediatamente superior a situação atualizada de pessoal.

5. Do Chefe da Seção de Inteligência:

- a) produzir conhecimentos necessários para os comandos em todos os níveis;
- b) propor ao comandante os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI);
- c) elaborar o Exame de Situação (Preliminar e Corrente);
- d) elaborar o Plano de Inteligência, conforme orientação contida no Plano de Inteligência de Defesa (PIND);
- e) levantar as deficiências de inteligência e as áreas críticas de segurança;
- f) estabelecer ligações com os órgãos de inteligência das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na operação;
- g) coordenar com a seção de pessoal e com a seção de logística a seleção e controle da mão-de-obra civil;
- h) estabelecer, em coordenação com a seção de comando e controle, a arquitetura da rede de Inteligência de diferentes níveis;
- i) supervisionar os procedimentos de segurança, estabelecidos pela contra-inteligência;
- j) colaborar com a seção de operações na elaboração do planejamento das ações de Guerra no Comando e Controle (GC2), especificamente no que

tange à Guerra Eletrônica e ao apoio de inteligência;

- k) elaborar juntamente com a seção de operações o planejamento das missões de Combate SAR (CSAR), especificamente nas ações de GE e apoio de inteligência;
- l) confeccionar os documentos específicos (pedido de inteligência, informe, informação, apreciação, estimativa e outros) da área de inteligência e difundi-los para os órgãos sistêmicos;
- m) elaborar o Plano de Segurança Orgânica, o Plano de Segurança Ativa e o Plano de Inteligência de Sinais;
- n) manter atualizadas as Ordens de Batalha (naval, terrestre, aérea e eletrônica) para o cumprimento da missão;
- o) elaborar o Plano de Controle de Emissões Eletromagnéticas (PCEM); e
- p) elaborar os Planos de Reconhecimento Aéreo, Eletrônico e Meteorológico.

6. Do Chefe da Seção de Operações:

- a) planejar, coordenar e integrar as ações estratégicas e táticas do comando combinado;
- b) coordenar todos os assuntos de adestramento das forças componentes do comando combinado;
- c) conduzir e coordenar o processo de planejamento militar, principalmente, o exame de situação;
- d) manter atualizada a carta de situação;
- e) realizar o estudo, preparo e autenticação dos planos e ordens pertinentes

às operações do comando combinado;

- f) elaborar os registros e relatórios operacionais; e
- g) supervisionar e coordenar as operações, utilizando os recursos do centro de operações do comando combinado.

7. Do Chefe da Seção de Logística:

- a) planejar as atividades logísticas determinando as necessidades para apoiar a operação;
- b) assegurar o funcionamento do fluxo do apoio logístico, estabelecendo a ligação com os órgãos logísticos apoiadores e com os elementos apoiados;
- c) elaborar o plano de apoio logístico;
- d) planejar, em coordenação com os setores de logística envolvidos, a localização dos órgãos e das instalações de apoio logístico das forças componentes, selecionando as regiões onde devam desdobrar-se;
- e) estabelecer normas para utilização dos recursos locais;
- f) estabelecer prioridades par a evacuação aeromédica;
- g) examinar e coordenar os planejamentos logísticos das forças componentes;
- h) estabelecer normas para o material salvado e para o material capturado;
- i) orientar as atividades logísticas das forças componentes por meio de visitas, inspeções e exames de relatórios;
- j) confeccionar os mapas e relatórios relativos ao assunto de logística;
- k) manter atualizada a carta de situação de logística;
- l) estabelecer normas de evacuação; e

m) controlar os pedidos de suprimento.

8. Do Chefe da Seção de Planejamento:

a) acompanhar as operações em curso, realizando os planejamentos futuros, em tempo hábil, baseados em suas análises de cenários prospectivos, nas hipóteses de emprego formuladas e/ou em diretrizes específicas do comando.

9. Do Chefe da Seção de Comando e Controle:

- a) planejar e coordenar a instalação, a operação e a manutenção de todos os sistemas de comando e controle do comando combinado;
- b) planejar, estabelecer e coordenar a utilização de sistemas de apoio à decisão e de recursos de comunicações e computacionais;
- c) proporcionar o apoio necessário ao funcionamento do centro de operações do comando combinado;
- d) prover o suporte técnico-operacional necessário à execução e ao acompanhamento das operações do comando combinado;
- e) estabelecer e manter atualizado o banco de dados do comando combinado;
- f) estruturar, especificar, instalar e manter atualizados todos os sistemas eletrônicos de interesse do comando combinado, tais como comunicações, rede de dados, modelagem e simulação e biblioteca eletrônica;
- g) planejar, coordenar e executar as medidas necessárias ao adestramento do pessoal necessário à operação do sistema de comando e controle; e
- h) planejar, em coordenação com a seção de inteligência, e instalar a rede de

Inteligência de diferentes níveis.

10. Do Chefe da Seção de Comunicação Social:

- a) emitir parecer, à luz da comunicação social, sobre as linhas de ação examinadas e sobre o apoio à manobra planejada;
- b) manter atualizado o quadro de situação de comunicação social, de forma a instrumentalizar os planejamentos futuros;
- c) analisar o planejamento de Comunicação Social das Forças Componentes, verificando a adequação ao Plano de Comunicação Social e realizando a compatibilização dos mesmos;
- d) propor à seção de logística os meios necessários para a atividade de Comunicação Social na área de operações, para que constem nas normas para a utilização dos recursos locais;
- e) confeccionar o Plano de Comunicação Social, com seus anexos de Operações Psicológicas e de Ação Comunitária, se for o caso; e
- f) orientar, coordenar e controlar a atuação da mídia nos aspectos que possam vir a comprometer as operações.

11. Chefe da Seção de Assuntos Cívicos:

- a) conhecer os aspectos culturais da área;
- b) conduzir ações comunitárias;
- c) manter contato com as organizações e líderes locais;
- d) estabelecer entendimentos para cumprimento de leis e costumes locais cabíveis;
- e) verificar e relatar o cumprimento, ou não, dos acordos e tratados internacionais;
- f) se necessário, propor ao Comandante ações de controle da ordem local;

- g) estabelecer contato com simpatizantes; e
- h) estabelecer contato para uso de pessoas locais para mão-de-obra.

ANEXO F

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Fernando Mose S. [Entrevista com resposta por e-mail]. Acesso <fernandomose@defesa.gov.br> em: 15 jul. 2002.
2. ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto. **História geral do ocidente**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
3. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
4. _____. **Pensar la Guerra** : Clausewitz. Trad. Carlos Gardini. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1987. 2. v.
5. BARNETT, Roger. Strategy, operational art, tactics, concepts and doctrine. In: **Current Strategy Forum**, 11-13 june, 1996. United States Naval War College's. Rhode Island.
6. BEAUFRE, André. **Estratégia da ação**. Trad. H. F. Arnizaut de Mattos. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.
7. _____. **Introdução à estratégia**. Trad. Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
8. BOUTHOU, Gaston. **O fenômeno guerra**. Trad. Antônio Simões Neto. Lisboa: Estudios Car, 1966.
9. BRASIL. Escola de Guerra Naval. LS-V-9902. **A Guerra das Malvinas**. Rio de Janeiro, 1999.
10. _____. LS-V-9901. **A Guerra do Golfo**. Rio de Janeiro, 1999.
11. _____. FI-219. **Guia para elaboração de referências bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2001.
12. _____. EGN-215. **Guia para elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.
13. _____. Ofício nº 286 de 26 de abril de 2001, ao Estado-Maior da Armada. **Conceitos doutrinários**.
14. BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-320-B. **Glossário de vocábulos e expressões básicas de uso na MB**. Brasília, 1989.

15. _____. Parecer nº 002 M-32/2001 de 12 de julho de 2001, à Escola de Guerra Naval. **Conceitos doutrinários.**
16. BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C-124-1. **Estratégia.** 2. ed. Brasília, 1977.
17. BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Doutrina aeroespacial-DM1-1.** Brasília, 1977.
18. BRASIL. Marinha do Brasil. **Política de defesa nacional.** Brasília, 1997.
19. BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-03 **Doutrina de comando combinado.** Brasília, 2001.
20. _____. MD33-M-04 **Doutrina militar de defesa (Res.).** Brasília, 2001.
21. BRODIE, Bernard. **Guia de estratégia naval.** Trad. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1961.
22. BUARQUE, Aurélio de Holanda Ferreira. **Minidicionário da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro, 1977.
23. CERVO, Amado Luiz e BERNIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
24. CORBETT, Julian S. **Algunos principios de estrategia maritima.** Trad. Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval, 1936.
25. ESPANHA. Escuela de las Fuerzas Armadas Españolas. DOI-001. **Doctrina de operaciones españolas.** Madrid, 1999.
26. EUA. Marine Corps Doctrinal Publication. MCDP1-2. **Compaining.** Washington: Department of the Navy, Nov. 1997.
27. FRIEDMAN, George and Meridith. **The future of war: power, tecnologia & american world dominance in the 21st century.** New York: St. Martin's Griffin, Mar. 1998.
28. FRIEDMAN, Lawrence. Et alli. **War.** New York: Oxford University Press, 1994.
29. HANDEL, Michael I. **Maestros de la guerra: pensamiento estrategico classico.** Trad. Catalina Thauby Krebs e Fernando Thauby Garcia. 2. ed. rev. Portland: Frank Cass, 1998.
30. HUGHES, Robert C. **SDI: a view from Europe.** Washington: National Defense University Press, 1990.
31. HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Trad. José Livio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

32. JOMINI, Antoine Henri. **Precis de l'art de la guerre**. Bruxelles: Meline, Cans et Campagnie, 1938.
33. KEENE, R. R. Retirada Oriental. Trad. Luiz Carlos da Silva Cantidio. In: **O anfíbio**. Rio de Janeiro, ano XII, nº 11, 1991.
34. KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Trad. Waltersin Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
35. LIDDELL HART, Basil Henry. **As grandes guerras da história**. Trad. Aidano Arruda. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1982.
36. LUTTWAK, Eduard N. **Estrategia** : la logica de guerra y paz. Trad. Eduardo L. Alimonda. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1992.
37. MICHAELIS: Dicionário: inglês-português, português-inglês. São Paulo: Melhoramentos, 1985.
38. NATO. **Allied Joint Publication**. AJP-01(A). [S. l. : s. n.], 1999.
39. PAREDES, José Geraldo. **O segredo da redação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1996.
40. PERTUSIO, Roberto L. **Estrategia operacional**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1995.
41. RAPOSO FILHO, Amerino. **Dimensões da estratégia**: evolução do pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. 2. v.
42. STANIK, Josep T. Welcome to El Dorado Canyon. **Proceeding**. Maryland, v. 124/4/1118. p. 58-61, Apr. 1996.
43. VAGTS, Alfred. **Landing operations**. Pensylvana: The Military Service Publishing Company, Jan. 1952.
44. VEGO, Milan. **Naval strategy and operations in narrows seas**. Portland: Frank Cass, 1999.
45. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.



